



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**O ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL:
uma análise introdutória a respeito do sofrimento vivenciado pelos
profissionais diante dos limites e possibilidades da profissão**

PALOMA STEPHANIE VIÇOSO MARÇAL

MARIANA – MG

2018

PALOMA STEPHANIE VIÇOSO MARÇAL

**O ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL:
uma análise introdutória a respeito do sofrimento vivenciado
pelos profissionais diante dos limites e possibilidades da profissão**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.
Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas
Orientador (a): Prof.^a Me. Paula Silva Leão

MARIANA – MG

2018

M313a

Marçal, Paloma.

O adoecimento do assistente social [manuscrito]: uma análise introdutória a respeito do sofrimento vivenciado pelos profissionais diante dos limites e possibilidades da profissão / Paloma Marçal. - 2018.

63f.: il.: graf.

Orientadora: Prof.^a MSc^a. Paula Leão.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Trabalho. 2. Sofrimento. 3. Doenças. I. Leão, Paula. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 33

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

O ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL:

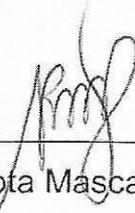
Uma análise introdutória a respeito do sofrimento vivenciado pelos profissionais
diante dos limites e possibilidades da profissão

DISCENTE: PALOMA STEPHANIE VIÇOSO MARÇAL

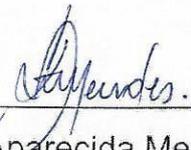
ORIENTADOR (A): PAULA SILVA LEÃO

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em:



Raquel Mota Mascarenhas



Flávia Aparecida Mendes



Paula Silva Leão

Dedico a construção deste trabalho a todos os assistentes sociais, que mesmo em uma conjuntura adversa, continuam resistindo e lutando, comprometidos com o Projeto Ético-Político.

AGRADECIMENTOS

“Grandes coisas fez o Senhor por nós, pelas quais estamos alegres” (Sl. 126:3).

Agradeço primeiramente a Deus, o autor e consumidor da minha fé, que tem me sustentado ao longo desses quatro anos de faculdade, colocando em meu caminho pessoas tão especiais que muito me abençoaram. Sem a sua graça e misericórdia não teria chegado até aqui. A minha mãe pelo sua dedicação incondicional e apoio constante, um exemplo de mulher lutadora e independente, que sempre me ensinou a dar o meu melhor em tudo que eu venha fazer. As minhas irmãs que sempre estiveram ao meu lado me ajudando.

Aos meus colegas do 15.1, especialmente minhas amigas Bárbara e Simone, pelo companheirismo e amizade. Ao pessoal da ABU, uma família que eu encontrei na UFOP, que me ajudou a manter minha fé dentro do ambiente acadêmico. A Igreja Presbiteriana de Mariana, por todos esses anos de convivência, que me fizeram amadurecer e compreender o verdadeiro significado da vida.

Um agradecimento especial a professora Me. Paula Leão, pela forma com que se dispôs em me orientar com muita paciência e boa vontade, deixando as coisas muito mais fáceis. Sou eternamente grata por ter tido você como minha orientadora, uma pessoa querida, amável e companheira que considero muito.

A todos os docentes do curso que contribuíram para a minha formação acadêmica, especialmente a professora Me. Raquel Mascarenhas, uma pessoa admirável, que se tornou um exemplo para mim de profissional dedicada e muito humana e também o professor Dr. Marlon Garcia que me motivou ao longo de suas aulas a buscar mais conhecimento.

A equipe maravilhosa do CAPS II de Ouro Preto que me receberam de braços abertos no meu período de estágio, mostrando como resistir em tempos de tantos retrocessos. A minha supervisora de campo Flávia Mendes pela confiança que sempre teve em mim, me apoiando e incentivando em tudo, um exemplo de assistente social comprometida com a classe trabalhadora.

O Operário em Construção

Vinícius de Moraes

*“Era ele que erguia casas.
Onde antes só havia chão.
Como um pássaro sem asas
Ele subia com as casas
Que lhe brotavam da mão.
Mas tudo desconhecia
De sua grande missão:
Não sabia, por exemplo
Que a casa de um homem é um
Templo.*

*Um templo sem religião
Como tampouco sabia
Que a casa que ele fazia.
Sendo a sua liberdade
Era a sua escravidão.
De fato, como podia
Um operário em construção
Compreender por que um tijolo
Valia mais do que um pão?
Tijolos ele empilhava
Com pá, cimento e esquadria
Quanto ao pão, ele o comia...
Mas fosse comer tijolo! E
assim o operário ia com suor
e com cimento. Erguendo
uma casa aqui.
Adiante um apartamento.
Além uma igreja, à frente
Um quartel e uma prisão:
Prisão de que sofreria
Não fosse, eventualmente
Um operário em construção.
Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa
E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
– Garrafa, prato, facão –
Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção...”*

RESUMO

O presente trabalho se propõe a fazer um estudo a respeito das relações de trabalho nos moldes da sociedade capitalista, destacando a subordinação latino-americana aos ditames do grande capital, e a importância da categoria trabalho na obra de Marx. Apontando a mercantilização do indivíduo, que se torna alienado aos meios de produção, e em relação a outros sujeitos. Some-se a isto uma análise da ofensiva do capital ao mundo do trabalho como uma forma de conter a crise, principalmente a partir da década de 70, mediante o processo de reestruturação produtiva, ideologia neoliberal e mundialização do capital que modificaram a forma de organização do trabalho. Ressaltando de que maneira essas medidas contribuíram para a precarização do trabalho, desmonte das políticas sociais e complexificação da questão social, afetando diretamente a saúde da classe trabalhadora, e mais especificamente o desgaste físico e mental que está sendo vivenciado pelos assistentes sociais, diante da atual conjuntura.

Palavras-chaves: Trabalho. Precarização. Sofrimento. Adoecimento.

ABSTRACT

The present work proposes to make a study about labor relations in the molds of capitalist society, highlighting the Latin American subordination to the dictates of the great capital, and the importance of the category work in the work of Marx. Pointing to the commodification of the individual, which becomes alienated to the means of production, and in relation to other subjects. Add to this an analysis of the offensive of capital to the world of work as a way to contain the crisis, mainly from the 70's, through the process of productive restructuring, neoliberal ideology and globalization of capital that changed the form of organization of work. Emphasizing how these measures contributed to the precariousness of work, the dismantling of social policies and the complexity of the social issue, directly affecting the health of the working class, and more specifically the physical and mental exhaustion that is being experienced by social workers, conjuncture.

Key words: Work. Precariousness. Suffering. Feeling.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – CAPITALISMO E AMÉRICA LATINA	14
1.1- COLONIALISMO E DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA.....	14
1.2 DINÂMICA DO CAPITALISMO E SUAS CRISES	24
CAPÍTULO 2- PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	31
2.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO E AS POLÍTICAS SOCIAIS.....	31
2.2 O ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA E DO ASSISTENTE SOCIAL	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura compreender como a ofensiva do capital ao mundo do trabalho, a partir da década de 70, contribui para a flexibilização das relações trabalhistas, e também na complexificação das expressões da questão social, incidindo na saúde física e mental dos assistentes sociais, que também estão inseridos na divisão sócio-técnica do trabalho.

O autor DEJOURS (2010) em seu livro *Suicídio e Trabalho*, o que fazer realiza uma análise do aumento do número de suicídios nos locais de trabalho, que está diretamente ligado ao processo de reestruturação produtiva e o advento da ideologia neoliberal, que modificaram a forma organizacional desses ambientes, impactando negativamente a classe trabalhadora.

É de suma importância entender como a dinâmica do capitalismo e especialmente suas respostas para a crise, que são inerentes a esse modo de produção, provoca um desgaste nos empregados, ressaltando, ainda, que o assistente social enquanto trabalhador assalariado também é obrigado a vender sua força de trabalho para sobreviver, e com isso está sujeito a diversos tipos de exploração que podem provocar o seu adoecimento.

O interesse pelo assunto ocorreu, no início do estágio – novembro de 2017, contudo a decisão definitiva pelo tema surgiu a partir do contato com uma profissional do CAPS II. Em uma oportuna reunião ampliada de Saúde Mental ocorrida em Ouro Preto- MG, a mesma expôs em tom de desabafo, que não há nada mais padecedor que um profissional sobrecarregado e com péssimas condições de trabalho, atendendo ao usuário demandado e, posteriormente, receber a notícia que o referido se suicidou.

Ressaltando que o fenômeno do autoextermínio pode ser causado por diversos fatores, que não cabe nesse momento destacarmos, entretanto para o profissional a noção de que poderia ter feito algo além para evitar isso ainda permanece. Suscitando assim diversas inquietações em relação às possibilidades e limites do exercício profissional diante de uma conjuntura adversa.

Em vista disso esse trabalho tem o objetivo de compreender de que forma o sofrimento experimentado pelos assistentes sociais diante das limitações da profissão e de sua autonomia relativa tem ocasionado o adoecimento dos profissionais, analisar

como os assistentes sociais lidam diariamente em seu cotidiano com as diversas expressões da questão social, identificando os desafios e dilemas enfrentados na efetivação do projeto ético-político do Serviço Social e também compreender como o desmonte das políticas sociais, a flexibilização do processo produtivo e a falta de recursos materiais e humanos tem causado impactos na saúde dos profissionais.

A metodologia empregada para fornecer subsídio a esse trabalho foi pesquisa bibliográfica, buscando fontes disponíveis para dialogar com o conteúdo supracitado. A lista de obras consultadas teve embasamento teórico no método histórico dialético de Marx, que nos possibilita fazer uma análise crítica acerca do capitalismo. Utilizando autores como NETTO (2006) e HARVEY (1989), para entender a gênese e a consolidação do modo de produção vigente em nossa sociedade. Abordando também de que forma essa organização social traz sérias implicações para a saúde da classe trabalhadora mediante o crescimento do trabalho dito imaterial (ANTUNES, 1953), e a precarização das relações trabalhistas.

Além disso, deve ser mencionado a dificuldade em encontrar dados a respeito do desgaste físico e mental o qual os assistentes sociais estão sendo submetidos diariamente. Dessa forma priorizamos o estudo de autores como RAICHELIS (2011), FAERMANN (2016), para oferecer suporte a essa pesquisa. Posteriormente, buscamos dissertações e teses que faziam referência ao adoecimento do assistente social no local de trabalho, por fim se registrou sínteses das leituras, direcionadas de acordo com a organização deste trabalho.

No primeiro momento optou-se por fazer um estudo e reflexões sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, considerando produção e literatura sobre a formação socioeconômica do capitalismo na mesma, pode-se observar que alguns estudos anulam os principais elementos que demarcam essa formação, isto é, processos econômicos, sociais e culturais cujo caráter é de dominação e exploração, passando a determinar a realidade social da América Latina e por sua vez desencadeando um quadro de desigualdades sociais ainda mais acentuado, e por esse motivo considerou-se necessário falar sobre neste trabalho.

No segundo momento falar-se á sobre a Centralidade do Trabalho e também do fenômeno da alienação, uma particularidade da sociedade burguesa, que tem como efeito, um estranhamento entre os indivíduos e do surgimento das políticas sociais como forma de enfrentamento das expressões da “questão social”.

No terceiro momento as reflexões são orientadas para o adoecimento da classe trabalhadora, e mais especificamente dos assistentes sociais enquanto trabalhador inserido nos espaços sócio ocupacionais, sendo demandado a atender as necessidades dos usuários concomitantes aos interesses da instituição que o solicita, esbarrando a todo o momento com os limites da profissão. Some-se a isto as dificuldades enfrentadas decorrentes das violações de seus próprios direitos, resultando em uma deterioração na saúde desses profissionais.

CAPÍTULO I – CAPITALISMO E AMÉRICA LATINA

1.1 COLONIALISMO E A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

Antes de dar início ao registro da compreensão que se faz do capitalismo entende-se necessário justificar a escolha por tratar da América Latina. Se observa que o continente latino-americano apresenta bastantes diversidades em sua formação, que a priori foi explorado com intuito de subsidiar o modo de produção econômico em ascensão na Europa – capitalismo – e para isto foi necessário desenvolver relações de exploração e expropriação das suas riquezas. Posteriormente, durante o século XIX o continente latino-americano se enveredou pelas relações capitalistas e o cenário de intensas desigualdades sociais que fora desencadeado, vivenciou um processo de acentuação e acirramento das contradições sociais.

Se faz necessário o registro dos antecedentes históricos, para melhor compreensão do capitalismo e como essa forma de produção chega à América Latina. Assim, com a crise do sistema feudal a partir dos séculos XIV e XV, os monarcas europeus retomam o seu poder unificando os feudos e estabelecendo suas fronteiras. O advento da burguesia, o desenvolvimento da prática do comércio e a ameaça de uma revolta camponesa foram cruciais para a derrocada desse modo de produção. Todavia esse declínio não sinaliza o fim da nobreza feudal, pois esta entra em um conchavo político com a nova classe emergente garantindo a manutenção de seu poder. Segundo o historiador PERRY ANDERSON (1974), o Estado aristocrático apresentou uma nova configuração para poder se adequar ao período de expansão do mercado

As monarquias europeias se consolidaram aproximadamente no mesmo espaço de tempo, Henrique VII na Inglaterra, Fernando e Isabel na Espanha e Luís XI na França, o principal expoente dessa época. “As monarquias absolutas introduziram os exércitos regulares, burocracia permanente, sistema tributário nacional, codificação do direito e primórdios de um mercado unificado” (ANDERSON, 1974, p.17).

Com o objetivo de desenvolver o comércio, os reis adotaram um conjunto de práticas econômicas denominadas mercantilismo, definindo o direito à propriedade privada, um aumento dos impostos, no qual a nobreza e o clero tornaram-se isentos

dessa obrigação, explorando o terceiro estado, centralização do mercado interno, balança comercial favorável que significa o aumento da exportação de mercadorias em detrimento da importação de bens de consumo e colonialismo procurando metais preciosos e matérias primas em novos territórios. Além, da criação de um exército para reprimir qualquer tipo de insubordinação a ordem vigente. “Essencialmente, o absolutismo era apenas isto: Um aparelho de dominação feudal recolocado e reforçado destinado a sujeitar as massas camponesas” (ANDERSON, 1974, p.18).

Nesse período surgem as grandes navegações, onde vários Estados Nacionais se lançam em expedições na busca por rotas marítimas, com o intuito de ampliar o comércio em outras regiões. Portugal seguido da Espanha foi a principal pioneira desse processo, pois foi o primeiro país a se libertar do domínio muçulmano consolidando-se como uma nação, de posição geográfica privilegiada (PRADO, 1942). Com uma burguesia poderosa que investiu financeiramente no desenvolvimento de técnicas navais: navios com lemes, astrolábios, bússola e também estimulou o conhecimento náutico contribuindo para a expansão de seus territórios e para o acúmulo de capital. Em meados do século XV, os navegantes chegaram ao continente americano, dando início à conquista de novas terras.

O poeta chileno PABLO NERUDA (apud ROMANO, 1972), descreve esse momento utilizando três elementos: espada, cruz e fome. A espada representa a guerra que foi travada pela dominação daquele território; os europeus, que tinham uma superioridade bélica, massacraram os habitantes daquela região. Outra tática usada foi se aproveitar das disputas que ocorriam entre as diferentes tribos para conseguir aliados predispostos a entregar seus inimigos. A cruz simboliza a missão de evangelizar os índios, através da ação da Igreja católica e dos jesuítas impondo uma nova religião aos conquistados. Um dos objetivos da colonização era propagar a fé cristã colaborando com a expansão do reino dos céus sobre a terra. “A América era um vasto império do Diabo, de redenção impossível ou duvidosa, mas a fanática missão contra a heresia dos nativos se confundia com a febre que, nas hostes da conquista, era causada pelo brilho dos tesouros do Novo Mundo” (GALEANO, 1978, p.11).

A fome expressa à exploração do trabalho indígena através da escravidão que segundo DARCY RIBEIRO (1995), era como um moinho de gastar gente, e também as diversas doenças que vieram junto com os colonizadores que dizimaram grande

parte da população nativa (varíola, febre amarela, lepra...). Esse processo de dominação também foi marcado pelo predomínio de uma visão eurocêntrica, que considera a cultura dos colonizadores como superior e mais evoluída que as outras. Essa ideia foi utilizada para respaldar e justificar a barbárie que os europeus cometeram contra os índios.

Em primeiro lugar, expropriaram as populações colonizadas, entre seus descobrimentos culturais, aqueles que resultavam mais aptos para o desenvolvimento do capitalismo e em benefício do centro europeu. Em segundo lugar, reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. (QUIJANO, 2005, p.111).

No Brasil, durante o período pré-colonial, a principal atividade econômica era a exploração do pau-brasil. “Os indígenas eram, como diz DARCY RIBEIRO, combustível do sistema produtivo colonial” (GALEANO, 1978, p.32). Posteriormente, tem-se no Brasil o cultivo da cana de açúcar e uma economia voltada para a exportação, o que tornou mais rentável a escravidão dos povos africanos, ao invés dos índios, pois assim o rei poderia ganhar cobrando impostos do comércio negreiro. Os escravos eram “aliciados para incrementar a produção açucareira, comporia o contingente fundamental da mão-de-obra” (RIBEIRO, 1995, p.114).

O sistema de capitanias entra em crise em decorrência da falta de recursos e a resistência dos povos nativos, restando só as de Pernambuco e São Vicente. Para não perder o controle da região, Portugal instalou na colônia um governo geral, escolhendo um representante para auxiliar no fortalecimento da dominação portuguesa. No final do século XVII com o declínio do açúcar no mercado mundial por conta da concorrência com outros países, acentuou-se a busca de metais preciosos através de expedições no interior da região, foram descobertas as primeiras jazidas mais estritamente no atual território de Minas Gerais. Com um enorme fluxo de pessoas indo para a região em busca de uma forma de enriquecer facilmente, surgem novas cidades, resultado do processo de exploração do ouro.

Vale ressaltar dois importantes efeitos frente a esta descoberta, a América jamais seria a mesma e segundo que os povos nativos seriam exterminados/eliminados ou por manipulação de presentes ou pelos próprios atos violentos. Dessa forma, inicia-se um longo e gradativo processo de expropriação das riquezas da América em benefício das

navegações europeias e posteriormente portuguesas. Em um primeiro momento a busca demasiada era pelas reservas de ouro e prata... (FERREIRA; TORRES, 2016, p.3).

A metrópole estabelece as casas de fundição para controlar o contrabando dos metais preciosos, criando vários impostos em cima da exploração aurífera. Um exemplo é a derrama, uma cobrança obrigatória onde a Coroa confiscou os bens dos devedores como uma forma de pagamento. “Os metais arrebatados aos novos domínios coloniais estimularam o desenvolvimento europeu e pode-se até mesmo dizer que o tornaram possível” (GALEANO, 1978, p.18).

A circunstância do descobrimento das minas, sobretudo das minas de diamantes, foi, pois, o que determinou finalmente Portugal a pôr um pouco mais de ordem em sua colônia, ordem mantida com artifício pela tirania dos que se interessavam em ter mobilizadas todas as forças econômicas do país para lhe desfrutarem, sem maior trabalho, os benefícios. (HOLANDA, 1936, p.103).

No século XIX, a França, durante a Era napoleônica, estava expandindo suas fronteiras, conquistando diversos territórios e fortalecendo-se belicamente disputando a hegemonia do continente europeu com a Inglaterra. Numa tentativa de arruinar a economia inglesa, Napoleão Bonaparte impôs o bloqueio continental, obrigando os outros países a fechar os portos para as mercadorias britânicas. Entretanto, Portugal era dependente economicamente da Inglaterra, que assinou em 1703 o Tratado de Methuen, também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, dando abertura à entrada de manufaturas inglesas nas terras lusitanas em troca de alguns benefícios. “Portugal, assim se via, em meio a um embate político- diplomático, com graves consequências para qualquer decisão que fosse tomada” (CASTRO, 2011, p.17). D. João VI em um grande impasse desacatou o decreto da França, ocasionando a organização das tropas francesas para invadir o território português. Após a chegada do exército a Corte Portuguesa, deixou Portugal, chegando ao Brasil em 1808, com o amparo da Inglaterra e transferindo a sede do governo para a colônia.

A vinda da família real iria, conseqüentemente, culminar com a independência do Brasil no ano de 1822. A primeira medida a ser tomada é a abertura dos portos dando um fim ao pacto colonial, onde o Brasil só poderia comercializar diretamente com a metrópole, liberando o comércio com outros países, especialmente a Inglaterra. Houve também mudanças no poder local, com a implementação de uma estrutura

administrativa, um aparato jurídico e um sistema econômico com a fundação do Banco do Brasil. Além disso, em decorrência do crescimento urbano nesse período surgiram instituições como a Imprensa Régia, a Biblioteca Real, e as Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Entretanto, esse investimento somado aos gastos da corte real portuguesa, custou caro para as camadas populares que sofriam com o aumento dos impostos e com a crise econômica que assolava algumas regiões do Brasil.

Colônia produtora de metais preciosos e gêneros exóticos, a América Latina contribuiu em um primeiro momento com o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (MARINI, 1973, p.3).

Com a saída das tropas francesas de Portugal, os lusitanos estabeleceram uma monarquia de caráter constitucional exigindo o retorno do Rei D. João VI e a retomada do monopólio comercial sobre o Brasil. Entretanto, “A obra colonizadora dos portugueses, na base em que assentava, e que em conjunto forma aquele sistema, esgotara suas possibilidades.” (PRADO, 1942, p.9). Previamente D. João deixou seu filho como Príncipe Regente do Brasil e voltou para Portugal. Mas a corte portuguesa insatisfeita passou a querer também o retorno do príncipe, e os grandes proprietários brasileiros receosos de que essas mudanças prejudicassem seus negócios apoiaram D. Pedro para descumprir as imposições que vinham de Lisboa.

Em um grande impasse o príncipe decide ficar no Brasil proclamando a independência da colônia em 1822, um grande marco na história do país. Segundo o historiador CAIO PRADO (1942, p.10) a independência do Brasil é o “ponto de partida apenas, início de um longo processo histórico que se prolonga até os nossos dias e que ainda não está terminado.”

Após conquistar sua independência política sob o comando de D. Pedro, o Brasil assinou diversos acordos com outros países para garantir seu reconhecimento enquanto nação. Através do tratado luso-brasileiro em 1825, Portugal reconheceu a soberania de sua antiga colônia em troca do pagamento de uma determinada quantia, esse empréstimo foi cedido pela Inglaterra.

A revolução industrial, que dará início a ela, corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica

e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. (MARINI, 1973, p. 3-4).

Nessa fase, a principal atividade econômica era a exportação de café, o Brasil tornou-se um dos maiores produtores expandindo gradativamente o mercado consumidor e dando origem aos barões do café, cafeicultores donos de vastas propriedades que utilizavam mão de obra escrava para o cultivo da terra. No ano de 1888, em decorrência das pressões externas é decretado o fim da escravidão no país causando uma tensão entre os grandes proprietários e os abolicionistas que culminou na proclamação da República em 1889 depondo o imperador D. Pedro II. Durante o período republicano o poder político se concentrou nas mãos da elite cafeeira e na figura dos “coronéis” (LEAL, 1948), ricos fazendeiros que dispunham de uma grande influência na região. Ocorreu uma alternância principalmente entre a burguesia do Estado de Minas Gerais e São Paulo que determinava quem iria tomar posse do cargo de Presidente da República.

É importante frisar que, segundo o historiador Luís Felipe de Alencastro (2018), professor da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, e ainda professor emérito da Universidade de Paris Sorbonne, grande parte dos republicanos compactuaram com os grandes fazendeiros de terras, que não queriam perder seus privilégios e manterem a posse de suas propriedades. Segundo o autor, mediante a essa aliança ocorreu o reconhecimento da Lei Áurea, mas sem qualquer forma ou possibilidade de ressocialização para os ex-escravos. O historiador discorre também sobre a origem do racismo institucional vivenciado pelos negros e que muitas vezes é ignorado pela sociedade, que sofrem com a violência, intrínseca ao Estado capitalista.

A abolição teve limites. Mas ela ocorreu, não foi farsa. Seria como dizer que a República foi uma farsa, que não acabou com a monarquia. A abolição acabou com a aberração gerada por um quadro institucional e legal que permitia uma pessoa ter como propriedade outra pessoa e seus descendentes, de maneira perpétua. A abolição também não foi uma benevolência da princesa ou do governo. A monarquia já estava caindo, fez uma última manobra e caiu ao tentar captar a plataforma abolicionista para enfraquecer o movimento republicano (ALENCASTRO, 2018).

Existem alguns aspectos basilares para constituição do capitalismo na América Latina, a exemplo: a economia de exportação, pois a preocupação central era com os consumidores externos; outro elemento é a superexploração do trabalho, uma vez que

desprovidos dos avanços tecnológicos e em condição inferior, a superexploração foi o caminho para acelerar a produção mesmo que em contrapartida houvesse aumento da jornada de trabalho, intensificação e baixa remuneração, afinal essa combinação de explorar para desenvolver é parte do modo capitalista de produção. Assim, a economia da América Latina está condicionada a ser sempre subalterna aos países centrais. Nessas condições dá-se a engrenagem do modo de produção capitalista, que considerando as particularidades da formação capitalista na América Latina é notório o processo que desencadeou e, conseqüentemente, agravou as condições de reprodução da maioria da população latino-americana, escreve MARINI (1973, p.5):

O que importa considerar aqui é que as funções que a América Latina desempenha na economia capitalista mundial transcendem à simples resposta aos requerimentos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Além de facilitar o crescimento quantitativo destes, à participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para o que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção da mais-valia absoluta à da mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho que simplesmente da exploração do trabalhador. No entanto, o desenvolvimento da produção latino-americana, que permite à região coadjuvar estas mudanças qualitativas nos países centrais, dar-se-á fundamentalmente com base numa maior exploração do trabalhador.

A industrialização do Brasil sucedeu tardiamente, pois era uma economia tipicamente agrária voltada para a exportação, que nasceu para atender as demandas das nações europeias. Segundo RUY MAURO MARINI (1973), durante a Revolução Industrial os países da América Latina tiveram o papel de proporcionar as matérias primas necessárias para o processo produtivo, e também com o desenvolvimento urbano, fornecer alimentos para satisfazer as necessidades básicas da classe trabalhadora da Europa.

No caso da industrialização europeia, o recurso à simples produção agrícola interna teria bloqueado a elevada especialização produtiva que a grande indústria tornava possível. O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos (MARINI, 1973, p.5).

Uma das características da dependência latino-americana é a articulação da mais-valia relativa nas nações de capitalismo central em detrimento da extração de mais-valia absoluta nos países periféricos. No sistema capitalista o trabalhador é obrigado a vender sua capacidade produtiva para sobreviver. Segundo MARX (2011), a jornada de trabalho é dividida entre o tempo de trabalho socialmente necessário que corresponde ao período onde o empregado produz o valor que cobre o dispêndio de sua energia e o tempo de trabalho excedente que equivale ao momento que o empregado produz mais valor que o necessário para a sua reprodução.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo. O valor da força de trabalho, como o de todas as outras mercadorias, é determinado pelo tempo de trabalho necessário para a produção – e, conseqüentemente, também para a reprodução – desse artigo específico. Para sua manutenção, o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência. Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor (MARX, 2011, p.312, 316-317).

Os donos dos meios de produção se apropriam do montante que é gerado pagando ao empregado apenas o que foi realizado no decorrer do tempo de trabalho necessário. O que interessa é a mais-valia, e para aumentar seu lucro o capitalista vai procurar meios para ampliar o tempo de trabalho excedente. Uma das formas utilizadas é a introdução de tecnologias nas fábricas, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, a diminuição nos preços dos produtos consumidos pela classe trabalhadora e no tempo de trabalho, mas sem um aumento no salário dos empregados. Essa tática “entendida como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho” (MARINI, 1973, p. 6) é, frequentemente, utilizada nos países centrais.

Outro meio usado é a expansão da jornada de trabalho sem um crescimento no salário ou um aumento no ritmo de trabalho com uma rígida vigilância sobre o rendimento do empregado apoiado por uma legislação trabalhista. Essa forma de exploração é característica da América Latina (MARINI, 1973). Segundo o autor o

comércio entre essas nações ocorre de maneira desigual, pois com o desenvolvimento das forças produtivas em determinados países (portanto um menor custo durante o processo de produção) o valor dessas mercadorias no mercado mundial deveria diminuir, mas não é o que ocorre gerando assim altas taxas de lucro. E também como alguns países não possuem uma linha de montagem avançada, limitando a fabricação de certos produtos, são obrigados a comprar no mercado externo, aceitando o preço que é estipulado pelas nações desenvolvidas.

Nessa situação de dependência que é funcional no capitalismo, a burguesia dos países que se encontram em desvantagem utiliza da superexploração da força de trabalho do proletariado para atenuar os impactos negativos dessa relação desproporcional. Por isso, a economia Latino-americana “não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas” (MARINI, 1973, p.2).

O Brasil, assim como os outros países da América Latina, possui uma economia voltada para a exportação, fazendo com que o consumo da classe trabalhadora dessa região não interfira no processo de circulação das mercadorias.

Dessa forma a superexploração dos empregados através de uma baixa remuneração e o desgaste da força de trabalho não incide no comércio causando prejuízos para o mercado. A industrialização no Brasil ocorre de acordo com a nova divisão internacional do trabalho, no qual os estágios secundários do processo de produção são deslocados para os países dependentes e a fase mais desenvolvida é destinada às nações centrais.

Em um contexto de Guerra Fria, onde não só o modo de produção capitalista se apresentava como uma opção real na sociedade, o socialismo ganhava força através da União Soviética que se tornou após a Segunda Guerra Mundial uma potência, disputando com os Estados Unidos a hegemonia mundial. Em 1959 no continente americano, Cuba conquistou sua independência contra a dominação norte-americana aliando-se ao bloco soviético. RUY MAURO MARINI (2012) analisando a conjuntura da América Latina na década de 60 e 70 elaborou o conceito de subimperialismo:

Implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro, uma política expansionista relativamente autônoma, que não só é acompanhada de uma

maior integração ao sistema produtivo imperialista, mas também se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo a escala internacional (apud DUARTE, 2018, p.10-11).

A fim de ampliar o novo estágio imperialista em que o capital se encontrava e também impedir o avanço da ideologia socialista, a burguesia internacional se articulou com a nacional contribuindo com a gênese e a implantação de regimes autoritários na América do Sul. No Brasil, após um período político agitado, João Goulart assume a presidência, em um sistema parlamentarista, contrariando seus opositores. Uma das principais medidas proposta pelo seu Governo são as reformas de base, uma recomposição de diversos âmbitos da sociedade promovendo uma maior intervenção do Estado e estabelecendo limites na aplicação de capital estrangeiro no país. Um dos projetos mais controversos na época foi à reforma agrária, propondo uma nova redistribuição da terra entre pequenos camponeses e sem-terra, reduzindo um pouco as desigualdades.

Neste contexto, é apresentado, por João Goulart, as lideranças políticas um anteprojeto de reforma agrária para debate já que esta configurava-se um dos problemas sociais mais sérios uma vez que seria resultante da má distribuição de renda o padrão conservador da propriedade de terra no Brasil que teria sido instituído no período colonial... Aliado a isto, é tomada uma segunda iniciativa a fim de acelerar a agenda das reformas. (ABREU, 2011, p. 17-18).

Entretanto isso desagradou os grandes proprietários de terra, que junto com a burguesia industrial da época, o apoio da grande mídia, as forças armadas e aliadas aos Estados Unidos, destituíram em 1964 o então presidente João Goulart, instaurando uma ditadura militar no país. O regime implantado após o golpe de estado da burguesia é caracterizado por uma intensa repressão e violência contra qualquer forma de oposição ao Governo, diversos casos de torturas e assassinatos foram relatados nesse período. A perseguição ao “comunismo” e aos defensores dos direitos humanos foi ferrenha, muitas pessoas tiveram sua liberdade política cassada e foram exilados para fora do país. Havia uma acentuada censura dos principais meios de comunicação, controle das escolas e Universidades e uma intensificação da concentração de renda e exclusão social, criando um grande abismo entre ricos e pobres. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), constata-se que:

Meus resultados confirmam que houve aumento da desigualdade e indicam que a fatia dos mais ricos aumentou principalmente nos primeiros anos da ditadura", disse. Ele destaca que a estratégia do regime militar para lidar com a inflação é tentar alavancar o crescimento basicamente tentando reduzir o custo do trabalho via arrocho salarial e aumentar o retorno do capital. (SOUZA, 2015).

O auge da ditadura no Brasil foi o estabelecimento do Ato Institucional-5, "o ato conferiu poderes excepcionais ao Executivo e praticamente eliminou todas as liberdades individuais e institucionais ainda existentes no País." (DOMINGUES; PINHEIRO; LIMA, 2007). Os golpes militares espalharam-se por toda América Latina, na Argentina teve início no ano de 1976, no Chile começou em 1973, sob o comando do General Augusto Pinochet, todos com o mesmo discurso anticomunista e combatendo os movimentos sociais e qualquer tipo de mudança na estrutura desses países.

Salienta-se a relevância do resgate ontológico histórico da constituição da América Latina como maneira de compreender porque as desigualdades neste continente tendem a serem mais intensas, acentuadas. Cabe assinalar, que nem de longe a história da América Latina foi exposta, porém foram apresentados alguns aspectos primordiais na reflexão de sua condição contemporânea no capitalismo, principalmente para se pensar na elaboração das medidas sociais e políticas.

1.2 DINÂMICA DO CAPITALISMO E SUAS CRISES

O modo de produção capitalista que tem como alicerce a exploração do trabalho assalariado, e também a propriedade privada dos meios de produção, divide basicamente a sociedade entre duas classes distintas: a burguesia, que detém os meios de produção e o proletariado, que são desprovidos de tudo, exceto da sua força de trabalho, que para garantir sua sobrevivência são obrigados a vendê-la como uma mercadoria em troca de um salário. Outra particularidade crucial do capitalismo é o aprofundamento da divisão social do trabalho, distribuindo entre os trabalhadores as diversas etapas do processo produtivo por meio da especialização dos operários em uma determinada função.

"A riqueza das sociedades em que domina o modo-de-produção capitalista apresenta-se como uma imensa acumulação de mercadorias" (MARX, 2011, p.97). A

mercadoria é um produto que através de suas propriedades vai atender as necessidades dos indivíduos, e seu valor de uso verifica-se mediante a utilização desse objeto. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a ampliação da produção de mercadorias o dinheiro deixa de ser um simples instrumento de troca generalizando-se nas relações sociais da sociedade burguesa. O motor desse modo de produção é a busca incessante pelo lucro (NETTO; BRAZ; 2006), gerado no campo da produção mediante a extração de mais-valia. O capitalista compra a força de trabalho e os meios de produção (máquinas, ferramentas, matérias-primas), investindo seu dinheiro no processo produtivo e com a circulação e venda dessas mercadorias adquire certo montante acrescido de mais-valor.

Em todas as formas de organização da economia das sociedades humanas, a produção de bens (valores de uso) necessários á manutenção da vida social é um processo, um movimento que não pode ser interrompido, senão ao custo da falta daqueles bens. Assim, parte da produção não pode ser consumida pelos membros da sociedade, mas deve ser retransformada em meios de produção ou em matérias da nova produção, porque meios de produção se desgastam e precisam ser substituídos ou repostos e matérias da produção são nelas consumidas (NETTO; BRAZ, 2006, p.37).

Uma parte da mais-valia obtida através da exploração da classe trabalhadora é utilizada para despesas pessoais da burguesia e a outra parcela aplicada nos meios de produção, contratando mais empregados se necessária, adquirindo novos equipamentos e, assim, convertendo o excedente em capital, ampliando o processo de acumulação. A tendência do capital é de concentrar-se em uma grande quantidade (NETTO; BRAZ, 2006), quanto maior a concentração, mais preparado o capitalista se encontrará para responder a concorrência. Associado a esse processo também se verifica a centralização, mediante a união com outros capitais resultando na gênese dos monopólios.

A dinâmica do capitalismo revela uma contradição que é central para compreendermos a sociedade burguesa, o crescimento da riqueza socialmente produzida, equivale ao empobrecimento da classe trabalhadora. Nisso se resume a lei geral da acumulação capitalista, o desenvolvimento desse modo de produção é acompanhado do aumento do pauperismo.

A acumulação ocasiona uma acumulação de miséria correspondente a acumulação de capital. A acumulação da riqueza num polo, é,

portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto (MARX *apud* NETTO; BRAZ 2006, p. 138).

Um marco histórico na consolidação do capitalismo foi a Revolução Industrial, que teve seu início no século XVIII, com o pioneirismo da Inglaterra. Após o estabelecimento da política de cercamento das terras, os camponeses foram expulsos do campo ocasionando o êxodo rural dessas famílias para a cidade, dando origem ao proletariado, a força de trabalho assalariada que iria trabalhar nas fábricas. A crescente urbanização e desenvolvimento das cidades causaram uma deterioração nas condições de vida da classe operária devido à baixa remuneração e longas jornadas de trabalho. Nesse período verifica-se um aumento do trabalho feminino e infantil nas indústrias que se transforma em mão-de-obra ainda mais barata.

Em certo momento, as fábricas não ofereciam mais postos de trabalho suficientes para absorver o grande número de desempregados que se aglomeravam a sua volta. Contudo, mesmo os que tinham emprego não estavam livres de viver na miséria. Os salários eram muito baixos e mal davam para pagar por alimentos e moradia, dessa forma, os operários viviam amontoados em cortiços sujos e expostos a inúmeras doenças. Devido às condições de higiene, alimentação precária e caro acesso à medicina, a expectativa de vida na época era muito baixa (DANEMBERG, 2009, p.3).

Nesse período sucedeu-se o surgimento da indústria e o seu crescimento, com a introdução de tecnologias, inovando o processo produtivo, resultando em uma ampliação na produção. Inicialmente os avanços científicos se restringiram apenas ao Império Britânico, mas posteriormente expandiu-se para os outros países de capitalismo central. No espaço entre o final da Segunda Guerra mundial e os primeiros anos da década de 70, o capitalismo vai experimentar segundo o historiador ERIC HOBBSBAWN (1994) seus anos dourados, um momento de grande crescimento econômico. Com o fortalecimento do fordismo como uma forma de produção dominante, a força de trabalho torna-se gradativamente especializada, através de uma função intensamente repetitiva em um menor tempo possível, com o intuito de produzir em larga escala para otimizar os lucros.

O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma

nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1989, p.121).

A medida que a produção ampliada demandava um crescimento do consumo, articulou-se uma série de medidas para aumentar o poder de compra dos trabalhadores. O Welfare State ¹ assinalou um desenvolvimento nas funções do Estado, regulando a economia, com uma melhor remuneração e condições de trabalho para os empregados e uma expansão das políticas sociais. Em um contexto de Guerra Fria, onde a classe trabalhadora se mobilizava adquirindo força, a concessão dos direitos serviu como uma maneira de manutenção da ordem capitalista. “Único ordenamento sócio-político que, na ordem do capital, visou expressamente compatibilizar a dinâmica da acumulação e da valorização capitalista com a garantia de direitos políticos e sociais mínimos” (NETTO, 1995, p.68).

A partir da década de 70, o capital manifesta mais uma de suas crises, com uma queda da taxa de lucro e o enfraquecimento do modelo fordista/taylorista. Saliendo que são inerentes a esse modo de produção, não existe capitalismo sem crise. Nas formas anteriores de organizações sociais as crises eram resultado da escassez generalizada de alimentos como consequência das perdas dos meios de produção, decorrente das guerras e pestes. No capitalismo de outro modo, segundo NETTO e BRAZ (2006) ocorre uma superprodução de valores de uso, em que para aumentar a taxa de lucro produz em larga escala e procura diminuir custos com a força de trabalho, reduzindo os salários e os postos de emprego mediante a modernização do processo produtivo. Entretanto as mercadorias não encontram saídas, pois grande parte da população não possui as condições necessárias para comprar esses objetos. As crises são uma consequência da lei geral da acumulação.

Um dos principais obstáculos para o contínuo acúmulo de capital e a consolidação do poder de classe capitalista na década de 1960 foi o trabalho. Havia escassez de mão de obra, tanto na Europa quanto nos EUA. O trabalho era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha

¹ “A definição de welfare state pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre o avanço das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente” (GOMES, 2006).

influência política. No entanto, o capital precisava de acesso a fontes de trabalho mais baratas e mais dóceis (HARVEY, 2011, p.20).

O capital segundo NETTO e BRAZ (2006), nesse período passa da defensiva para a ofensiva, elaborando um conjunto de medidas que impactou diretamente o mundo do trabalho até os dias atuais. Para responder a crise, a produção experimentou um processo de reestruturação, desenvolvendo tecnologias para incrementar os meios de produção, substituindo o trabalho vivo, que corresponde aos empregados, pelo morto (máquinas), provocando dessa forma um aumento no número de desempregados. Ressaltando que essa massa de trabalhadores que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho é inerente e funcional ao capitalismo, encontrando-se na miséria e excluídos da sociedade burguesa, na qual o trabalho é uma atividade primordial. O capitalista vai utilizar desse exército industrial de reserva, para pressionar os empregados a aceitarem as condições impostas no local de trabalho, com a intimidação de serem substituídos a qualquer momento.

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2011, p. 462-463)

Dessa forma os donos dos meios de produção, reduzem os salários dos trabalhadores, e não obstante aumentam a jornada de trabalho, explorando ainda mais a capacidade produtiva dos empregados. DAVID HARVEY (1989) empregou o termo acumulação flexível para definir esse regime de reestruturação produtiva, que torna menos rígida a legislação trabalhista, através de uma precarização dos vínculos de trabalho, afetando penosamente a classe trabalhadora em detrimento da recuperação da taxa de lucro. Outra característica desse momento é a mundialização do capital, que se encontra em altos níveis de concentração, resultando em grandes empresas que controlam o mercado mundial com um poder econômico e político que abalam a soberania de diversos países.

As formas mais concentradas do capital, capital financeiro predominantemente industrial ou capital de investimento financeiro “puro”, beneficiam-se, então, de um campo de operações e de um espaço de dominação que se estende sobre grande parte do planeta, ou mesmo a totalidade se estimarmos que a integração da China ao capitalismo mundial está perto de acontecer. Para tudo que pertence à esfera visível das mercadorias, são os grupos industriais transnacionais (os FMN) que têm a condição de assentar a dominação política e social do capitalismo (CHESNAIS, 1996, p.2).

Ocorre uma fusão de capital industrial com o bancário dando origem a uma oligarquia financeira que possuem em seu poder enormes somas de dinheiro, e com isso exercem um comando não só das atividades financeiras, mas também do processo produtivo. O fetichismo do dinheiro, característico da sociedade contemporânea, concebe o capital como algo autônomo não só dos indivíduos, mas também do trabalho, causando um predomínio das aplicações em detrimento da produção de mercadorias.

Com as finanças, tem-se ‘dinheiro produzindo dinheiro, um valor valorizando-se por si mesmo, sem que nenhum processo (de produção) sirva de mediação aos dois extremos’. Uma vez que ‘o capital parece ser a fonte misteriosa [...] de seu próprio crescimento’ (CHESNAIS, 1996, p.3).

Mediante a exportação de capitais, as nações de capitalismo central mantêm a sua hegemonia sob os países dependentes, por meio da instalação de indústrias multinacionais nas regiões periféricas, que possuem uma legislação mais flexível, explorando a classe trabalhadora. E outra forma de dominação são os empréstimos concedidos para esses países, aumentando a dívida pública e a relação de dependência desses Estados. “O fato de que se tenha integração para uns e marginalização para outros, resulta do processo contraditório do capital na busca de rentabilidade, ao mesmo tempo que ele determina os limites” (CHESNAIS, 1996, p.13).

A dinâmica de qualquer modo de produção afeta não só as relações de trabalho, mas a sociedade como um todo. Novas leis são criadas para manter a ordem, imprimindo nos indivíduos uma visão de mundo hegemônica (HARVEY, 1989), sendo influenciados de diversas maneiras para se adequarem as exigências do capital. O neoliberalismo se consolidou como uma ideologia dominante após o fim da União Soviética, concebendo a sociedade como um lugar onde o sujeito poderá utilizar de todas as formas para conseguir seus objetivos, pelos seus próprios esforços

conseguirá atingir o seu alvo. Com uma maior centralidade no indivíduo, o neoliberalismo enxerga a competição entre os sujeitos como algo saudável, ocasionando um individualismo intenso.

“Fez isso, por exemplo, no plano ideológico, por meio do culto de um subjetivismo e de um ideário fragmentador que faz apologia ao individualismo exacerbado contra as formas de solidariedade e de atuação coletiva e social” (ANTUNES, 1999, p.50). Defende ainda uma intervenção mínima do Estado na economia, com o discurso de que assim vai ocorrer uma redução dos gastos públicos. Privatização das empresas estatais transferindo mais dinheiro para o capital.

Devido à diminuição no papel do Estado e o fim do Welfare State, as políticas sociais tornam-se focalizadas e são transformadas em serviços, visando apenas os mais pobres causando um retrocesso nos direitos sociais e naturalizando as desigualdades sociais. O neoliberalismo restringe o conceito de liberdade ao livre-comércio sem restrições, onde cidadãos são vistos apenas como meros consumidores, ampliando o fenômeno da alienação presente no capitalismo.

O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento, que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo (HARVEY, 1989, p. 13).

Após a explanação a respeito da gênese do capitalismo, abordando as suas principais características e contradições fundamentais. Destacando ainda a ofensiva desse modo de produção mediante os processos de reestruturação produtiva, financeirização do capital e ideologia neoliberal na década de 70. Discutiremos no próximo capítulo acerca da categoria trabalho que é central na obra de Marx e da trajetória das políticas sociais, analisando os impactos que essas respostas trouxeram ao mundo do trabalho até os dias hoje, resultando em um adoecimento da classe trabalhadora e do assistente social.

CAPÍTULO 2- PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL

2.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Primeiramente ao discutir a centralidade do trabalho, é indispensável fazer uma distinção entre o conceito de trabalho abstrato, apropriado pelo capitalismo, caracterizado pela alienação e exploração do homem pelo homem, e a categoria trabalho, fundante do ser social, que é central nos estudos de Marx.

A manutenção da vida humana desde o início encontrou-se ligada ao trabalho, pois corresponde a produção de riquezas, tornando-se o fundamento de todas as sociedades já existentes. O indivíduo ao interagir com a natureza modifica a matéria produzindo objetos que vão satisfazer as suas necessidades imediatas. É uma interação específica do mundo dos homens, que o distingue dos outros seres vivos, e durante esse processo o sujeito transforma não só natureza, mas a si mesmo em um processo de autoconstrução.

O processo de trabalho é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer as necessidades humanas, a condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural da vida humana e, portanto, comum a todas as suas formas sociais. (MARX *apud* NETTO; BRAZ, 2006, p.32).

Além disso, outra particularidade é a capacidade de idealização prévia do sujeito, planejando antecipadamente em sua mente toda ação a ser desenvolvida para

alcançar uma finalidade, imprimindo no seu trabalho uma determinada direção. Foi por intermédio do trabalho que o indivíduo se estabeleceu enquanto ser social (MARX, 2011), visto que o seu caráter coletivo constituiu as relações sociais, ocasionando o surgimento das primeiras comunidades. Entretanto o ser social não se restringe apenas ao trabalho, com o avanço das forças produtivas a tendência é a redução do tempo de trabalho, fazendo com que o sujeito se disponha de mais tempo livre, para desenvolver novas objetivações que enriquecem gradativamente o gênero humano (ciência, arte, filosofia...).

O avanço do processo de humanização pode ser compreendido, pois, como a diferenciação e a complexificação das objetivações do ser social. O trabalho aparece como a objetivação primária e ineliminável do ser social... (NETTO; BRAZ, 2006, p. 52).

É importante previamente destacar a definição de alienação, para prosseguirmos na argumentação. “Ação pela qual um indivíduo, se torna alheios, estranhos, aos resultados ou produtos de sua própria atividade, à natureza na qual vivem, a outros seres humanos, e também a si mesmos” (BOTTOMORE, 1988, p. 910).

Na sociedade capitalista tudo é passível de compra e venda inclusive a capacidade produtiva do sujeito, com um valor menor do que aquilo que ele produz, sua força de trabalho transforma-se numa mercadoria, concebendo as relações sociais como se fosse relação entre coisas. O seu produto se torna algo independente, como se pudesse existir sem o produtor, o empregado não se reconhece mais naquilo que criou, e também é privado daquilo que ele próprio produziu, tendo que se empenhar para conseguir ter o mínimo acesso a algumas mercadorias, pois tudo fica sob controle dos que detêm os meios de produção. Os resultados de seu trabalho se convertem em algo que passa a dominar o ser social, como uma coisa que lhe é estranha, e mediante uma cultura consumista, os objetos começam a ter mais valor do que os próprios indivíduos.

Dessa forma, o trabalhador, ao invés de reconhecer-se no produto do seu trabalho, o vê como algo que lhe é alheio e que o ameaça. Os objetos produzidos não servem para satisfazer as necessidades do trabalhador, e sim as do capital. Assim, quanto mais objetos produz, mais pobre ele se torna, e mais submisso a eles fica resultando disso que ele acaba pondo sua vida neles. Ao mesmo tempo, quanto mais se entrega ao seu trabalho, mais este o mantém oprimido. O seu

próprio trabalho se torna um objeto, e este objeto lhe é estranho (SANTOS, 2008, p.32).

Esse estranhamento também ocorre durante a produção, em decorrência da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, na qual o empregado fica limitado a uma determinada função, desconhecendo o processo como um todo. Devido à separação dos homens entre duas classes distintas, verifica-se uma disputa entre os indivíduos, ocasionando uma alienação entre os sujeitos, que se intensificou com o advento do neoliberalismo. O trabalho deixa de ser algo enriquecedor, que vai contribuir para o desenvolvimento das capacidades do sujeito, convertendo-se em algo exaustivo, que o oprime, transforma-se em uma obrigação, e não uma coisa espontânea, específica do ser social, e o indivíduo para garantir sua subsistência se sujeita a essa exploração, tornando-se prisioneiro do seu próprio trabalho.

Assim, uma vez que o trabalho está diretamente relacionado com a humanização do ser humano, e que é pelo trabalho que o ser humano consegue desenvolver plenamente as suas possibilidades, no âmbito da alienação do trabalho, o trabalhador somente se sente livre quando está exercendo as suas funções animais: comer, dormir, procriar, e quando exerce suas funções humanas se equipara a um animal. As funções animais são também funções do ser humano, porém, com a alienação do trabalho, essas funções se colocam como sendo a finalidade última do homem e, nesse sentido, sendo abstratamente consideradas, ou seja, separadas das demais atividades humanas, reduzem o homem a animal. (SANTOS, 2008, p.33-34).

Após as mudanças ocorridas no mundo do trabalho a partir de 1970, iniciou-se um debate a respeito de sua centralidade, argumentando que o aumento do trabalho intelectual e do setor de serviços, ligado ao crescente desemprego em detrimento da atividade industrial e produção de mercadorias, sinalizavam o fim da sociedade do trabalho. Porém, conforme RICARDO ANTUNES (1953), apesar das metamorfoses que se sucederam o trabalho continua sendo fundamental na sociedade contemporânea. Avançaremos na análise dessas transformações.

Na década de 70, houve a adesão à terceirização, onde uma instituição contrata uma empresa para prestar um determinado serviço com ínfimas responsabilidades com os direitos dos empregados, isentando-se dos custos com a força de trabalho, e deixando para a companhia a incumbência de encarregar-se dessas questões. Anteriormente a terceirização só era permitida em atividades-meio, considerada

secundária no processo produtivo, como por exemplo: serviços de alimentação, limpeza, segurança, etc. Entretanto, recentemente, foi aprovada no Brasil a Lei 13.429/2017, na qual é permitida a terceirização irrestrita, ampliando para os demais setores.

Além de reduzir salários, aumentar jornada, potencializar acidentes de trabalho e estimular o calote, a terceirização tem um lado ainda mais nefasto, que consiste no processo de desumanização do trabalhador. Primeiro, através da sua alienação, com a perda da identidade de classe. Segundo, por meio da reificação, com o trabalho sendo visto como mera mercadoria descartável. É o ser humano sendo tratado como mero objeto, e não como um sujeito dotado de dignidade (STF, 2016).

Dessa forma, com o desmonte de seus direitos e vínculos de trabalho cada vez mais precários, o trabalhador encontra-se submetidas a diversos tipos de exploração, longas jornadas, em péssimas condições de trabalho, com uma remuneração gradativamente mais baixa, gerando uma instabilidade no ambiente de trabalho, pois os trabalhadores não possuem garantia de permanecer no seu emprego. Muitas empresas usam de estratégias para obter mais lucro, demitindo os funcionários, e logo depois os contratando novamente por salários inferiores.

Mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não inexistentes de trabalho. Ou seja, enquanto se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras no mundo, há uma constrição monumental dos empregos, corroídos em seus direitos e erodidos em suas conquistas (ANTUNES, 1999 p.11).

Associado a isso, verifica-se o crescimento da informalidade, na qual o trabalhador é contratado sem carteira assinada e sem nenhum vínculo de trabalho, portanto sem qualquer direito. Além disso, a reforma trabalhista, com um discurso de modernização das relações de trabalho, implica em outras medidas que atacam diretamente as garantias conquistadas pela classe trabalhadora, como por exemplo, os acordos coletivos e a negociação entre patrão e empregado se sobrepondo ao que está proposto na legislação trabalhista. Podendo ficar acordado acerca da jornada de trabalho, que pode chegar até 12 horas por dia, divisão as férias em até três vezes, e o estabelecimento da licença maternidade.

Ao mesmo tempo, a reforma procura dar respaldo legal a práticas já existentes no mercado de trabalho e oferecer um novo cardápio de opções para os empregadores ajustarem a quantidade e os custos do trabalho às suas necessidades (KREIN, GIMENEZ, 2018, p. 56).

Outro retrocesso é o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, enfraquecendo a mobilização dos empregados, e a implantação do trabalho intermitente, onde o trabalhador é contratado de forma irregular, sem nenhuma relação formal com a empresa.

Em outras palavras, ela constitui um sistema que amplia o poder e a liberdade do capital para determinar as condições de contratação, uso e remuneração do trabalho. Sua contraface é deixar o trabalhador em uma condição de maior insegurança, vulnerabilidade e risco, com consequências negativas sobre a vida pessoal, familiar e social. A viabilização desse novo padrão requer fragilizar, não somente os direitos inscritos no arcabouço legal institucional, bem como esvaziar as instituições públicas responsáveis em assegurar a efetivação dos direitos. Na mesma perspectiva, enfraquece os sindicatos e descentraliza as negociações coletivas. Portanto, é uma reforma que altera substantivamente as condições sob as quais se estrutura o mundo do trabalho em nosso país (KREIN, GIMENEZ, 2018, p.15).

Há também a reforma da previdência, que ainda não foi aprovada e passou recentemente por uma revisão. A antiga proposta pretendia equiparar a idade mínima do homem e da mulher para se aposentar de 60 anos em 65, sem levar em consideração a dupla jornada da mulher enquanto dona de casa. Tencionava também aumentar o tempo mínimo de 15 anos em 25, e para obter o benefício integral os anos de contribuição, seriam alterados de 40 para 49 anos. Entretanto, essas medidas impopulares não foram reconhecidas, mantendo com o que estava previsto anteriormente. Todavia a idade mínima mudou de 65 anos para os homens e 62 para as mulheres. A previdência social exclui aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, não tendo em conta a expectativa de vida no país de acordo com cada região, e ainda os trabalhadores que tem vínculo informal ou precário, e que muitas vezes não podem contribuir para receber a aposentadoria.

Significa que se desconsidera a realidade brasileira de que dificilmente os jovens que ingressam no mercado de trabalho conseguem se manter no mesmo emprego por muito tempo ou mesmo migrar de um emprego a outro imediatamente. Em geral, quando o trabalhador ou a trabalhadora perde seu emprego, leva um certo tempo para conseguir outra ocupação. Esse tempo em que o trabalhador ou trabalhadora permaneceu parado, sem trabalho, não é levado em conta pela

reforma. Ou seja, homens e mulheres terão que trabalhar durante muitas décadas para ter direito à aposentadoria (SIQUEIRA, 2017, p.3).

Os locais de trabalho estabelecem novas demandas para a classe trabalhadora, requisitando uma mão-de-obra especializada e polivalente, sendo obrigados a se adequarem as novas exigências para concorrer no mercado de trabalho. Dessa forma, em seu tempo disponível o indivíduo busca qualificar-se ingressando em cursos que visam aprimorar o conhecimento do sujeito em uma determinada área, que vai ser apropriado pela própria gestão para aumentar o rendimento da produção. Os empregados começam a sentir-se como parte da empresa, se reconhecendo em seus princípios e dedicando ao máximo ao seu trabalho.

Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive do- trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 1999, p.206).

O trabalho intelectual ganha um destaque a partir dos anos 70 (ANTUNES, 1999), com o crescimento vertiginoso da produção de conhecimento, subordinado aos interesses do capital. As grandes corporações investem no desenvolvimento da ciência com o intuito de criar tecnologias que vão aperfeiçoar o processo produtivo e também investir no conhecimento dos empregados. Apropriando-se assim da subjetividade da classe trabalhadora, ocasionando um desgaste físico e mental, e conseqüentemente o adoecimento dos trabalhadores.

Antes de discorrer a respeito do desgaste vivenciado pela classe trabalhadora, e mais especificamente os assistentes sociais, é imprescindível realizar de maneira sucinta, uma análise das políticas sociais, como forma de responder as diversas expressões da “questão social”, salientando o seu papel na sociedade capitalista, e do seu desmonte nos períodos de crise do capital.

As manifestações da “questão social”, segundo a autora JOSIANE SANTOS (2008), são oriundas da contradição entre capital e trabalho, resultado do processo de acumulação, já citado anteriormente, que tem como consequência o empobrecimento e uma crescente exploração da classe trabalhadora em detrimento de uma maior concentração de riquezas e do desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo.

Nesta concepção, a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital: a incorporação pelos capitalistas das inovações tecnológicas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, empregado na força de trabalho (SANTOS, 2008, p. 29).

Uma das particularidades da questão social no Brasil é a ampliação da subcontratação e do desemprego, ocasionando um aumento da miséria e do pauperismo, marginalizando uma parte da população que não possuem as condições básicas para garantir sua subsistência, pois são excluídos do mercado de trabalho. “Ou seja, verifica-se que o desemprego, nesse contexto, assume um caráter massivo e atinge praticamente todos os segmentos de classe” (SANTOS, 2008, p. 158).

As primeiras formas de políticas sociais ao longo da história são de cunho humanitário, com uma intervenção diretamente ligada à Igreja que estimulava a generosidade para com os mais pobres. Com um caráter assistencialista, abarcava apenas os mais miseráveis que não dispunham de possibilidades para exercer algum tipo de ocupação, em muitos casos o benefício era garantido em troca da realização do trabalho forçado. “Era assegurado algum tipo de assistência, minimalista e restritiva, sustentada em um pretenso dever moral e cristão de ajuda, ou seja, não se sustentava na perspectiva do direito” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.49).

Na sociedade capitalista as políticas sociais cumprem o papel de manutenção da ordem burguesa, mediante a concessão de alguns direitos a classe trabalhadora, não atingindo o cerne das desigualdades sociais que se tornam como algo natural a sociedade. Entretanto devemos ressaltar a importância da luta dos trabalhadores, pressionando o Estado na melhoria das condições de trabalho e na garantia das políticas sociais como um direito imprescindível para todo indivíduo.

Durante os anos dourados do capitalismo, após o fim da segunda guerra mundial, com altas taxas de lucro e um crescimento econômico vertiginoso, as políticas sociais se consolidam, ampliando-se em diversos países dando origem ao Estado de bem-estar social.

[...] Institucionalizou a possibilidade de estabelecimento de políticas abrangentes e mais universalizadas, baseadas na cidadania, de compromisso governamental com aumento de recursos para a

expansão de benefícios sociais [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.92).

Na década de 70 a crise do capital alcança fortemente os direitos conquistados pela classe trabalhadora, com uma redução no investimento em políticas sociais para conter os gastos públicos e o crescimento do desemprego, e conseqüentemente uma intensificação das expressões da “questão social”.

Apesar dessa diferença, o que os autores revelam é que a estrutura de financiamento e gastos públicos no período de hegemonia neoliberal vem produzindo uma sobrecarga de aumento de impostos regressivos para a classe trabalhadora e a redução de gastos com políticas sociais, sem ter conseguido retomar o crescimento econômico. Tais medidas agravam as desigualdades sociais e a concentração da riqueza socialmente produzida (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.132).

No Brasil o surgimento das políticas sociais realizou-se em consonância com o processo de dependência latino-americana em relação aos países centrais. Na década de 30 e 40, verifica-se alguns avanços nos direitos dos trabalhadores, mediante a criação da CLT, estabelecendo o salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, etc. Uma legislação com o intuito de consolidar medidas de proteção social aos trabalhadores. Também é criada em 1942 a Legião Brasileira de assistência, sob a supervisão da primeira dama Darcy Vargas, com o intuito de prestar auxílio aos desfavorecidos economicamente através do trabalho voluntário. Ações de caráter clientelista e fundamentado na noção de favor e não na perspectiva do direito em combinação do público com o privado. As expressões da “questão social” eram tratadas pelo Estado como caso de polícia, com medidas repressivas para seu enfrentamento.

As políticas sociais ora são vistas como mecanismos de manutenção da força de trabalho, ora como conquistas dos trabalhadores, ora como arranjos do bloco no poder ou bloco governante, ora como doação das elites dominantes, ora como instrumento de garantia do aumento da riqueza ou dos direitos do cidadão (FALEIROS, 1941, p.8).

Em meados dos anos de 1950, o Brasil encontra-se em um momento de crescimento econômico, com o investimento de capital estrangeiro no país e uma melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, com salários mais altos e redução do exército industrial de reserva. Todavia os países da América Latina, incluindo o

Brasil, não experimentaram o Estado de bem-estar social, e as políticas sociais nesse período desenvolveu-se de forma lenta e quase inexpressiva (BEHRING; BOSCHETTI, 2009).

Nos países pobres periféricos não existe o Welfare State nem um pleno Keynesianismo em política. Devido a profunda desigualdade de classes, as políticas sociais não são de acesso universal, decorrentes do fato da residência no país ou da cidadania (FALEIROS, 1941, p.28).

Um grande avanço na conquista dos direitos foi a promulgação da Nova Constituição Brasileira em 1988, com a elaboração da expressão seguridade social, integrada pela saúde como um direito universal garantido pelo Estado, previdência mediante uma contribuição do trabalhador e assistência, para quem dela necessitar, desvinculando do assistencialismo como uma política focalizada para combater as diversas expressões da “questão social”. Apesar disso verificou-se uma série de dificuldades na concretização desses direitos, inclusive na efetuação das políticas sociais, que experimentou um desmonte nos anos 90, durante os Governos de cunho neoliberal.

Dessa forma, propor a construção da igualdade social no Brasil, visando à conquista da cidadania, exige a efetivação da promessa da universalização dos direitos sociais, políticos e civis, desafiando um discurso liberal que isenta o Estado das responsabilidades sociais e restringe as políticas sociais à classe social menos favorecida, ou seja, “os pobres mais pobres”, reduzindo-as a medidas compensatórias, paliativas e focalizadas (PIANA, 2009, p.54).

Com a recessão econômica, e o aumento dos empréstimos concedidos aos países periféricos, o estado brasileiro encontrou-se endividado junto aos bancos e grandes grupos internacionais que controlam a economia mundial, intensificando o processo de dependência. Em decorrência disso, o Brasil acordado com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e outros órgãos mundiais, destina a maior parte dos recursos do fundo público, para o pagamento da dívida externa em detrimento da falta de investimentos em políticas sociais. Uma grande parcela desse fundo público é composta pelos altos tributos cobrados da população, principalmente das camadas mais pobres, que ao invés de serem revertidos em serviços de qualidade que possam atender as necessidades básicas dos cidadãos, é utilizado para ampliar o processo de reprodução e ampliação do capital.

Gráfico 1 – Recursos do Fundo Público e a Dívida brasileira



Fonte: A dívida e os servidores públicos, Auditoria Cidadã da dívida, 2014.

Dessa forma, o fundo público reflete as disputas existentes na sociedade de classes, em que a mobilização dos trabalhadores busca garantir o uso da verba pública para o financiamento de suas necessidades, expressas em políticas públicas. Já o capital, com sua força hegemônica, consegue assegurar a participação do Estado em sua reprodução por meio de políticas de subsídios econômicos, de participação no mercado financeiro, com destaque para a rolagem da dívida pública (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p.174).

Foi aprovado no Governo Temer a PEC 241/55, que congela por vinte anos gastos públicos em setores como saúde, educação e assistência resultando em um retrocesso nos direitos garantidos pela Constituição de 88. Essa medida tem o intuito de diminuir as despesas do Estado para o pagamento dos juros da dívida pública brasileira.

O congelamento de gastos sociais previsto na PEC 55 terá “impacto severo” sobre a população pobre no Brasil, provocará “retrocesso social” e colocará “toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais” (ALSTON, 2016).

A precarização do trabalho e o desmonte dos direitos, como uma forma de reduzir gastos em benefício do capital, causa um impacto direto na classe trabalhadora, provocando um sofrimento físico e mental que pode levar ao adoecimento dos indivíduos na sociedade capitalista, inclusive do assistente social.

2.2 O ADOECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA E DO ASSISTENTE SOCIAL

O estudo sobre as patologias ocasionadas dentro do ambiente de trabalho tem se desenvolvido amplamente. Na saúde ocupacional propõe-se a diminuição e precaução dessas doenças. As principais enfermidades que tem causado impactos nos trabalhadores são decorrentes do processo de exploração e precarização das condições de trabalho.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho (ANTUNES; PRAUN, 2015, p.17).

Especificaremos agora algumas das principais doenças nesse âmbito. As lesões por esforços repetitivos (L.E.R) são distúrbios, que atingem várias partes do corpo, principalmente tendões, músculos e nervos, ocasionando infecções que podem prejudicar o desempenho da área do corpo afetada. Essas lesões são decorrentes de movimentos contínuos no ambiente de trabalho ou que demandam muito esforço em qualquer atividade.

Quando um indivíduo apresenta uma lesão ocasionada por sobrecarga biomecânica ocupacional, os fatores etiológicos estão associados à organização do trabalho envolvendo principalmente equipamentos, ferramentas, acessórios e mobiliários inadequados; descaso com o posicionamento, técnicas incorretas para realização de tarefas, posturas indevidas, excesso de força empregada para execução de tarefas, sobrecarga biomecânica dinâmica; uso de instrumentos com excessos de vibração, temperatura, ventilação e umidade inapropriadas no ambiente de trabalho (SILVA; LESSA, 2014).

Paralelamente uma doença ocupacional recorrente é a asma, consequência da absorção de elementos tóxicos que bloqueia as vias respiratórias provocando prejuízos irreversíveis na saúde do trabalhador, e ao ser inalado em grandes quantidades pode levar a morte. Além disso, verifica-se em ambientes com muito barulho, a perda parcial e até mesmo total da audição dos trabalhadores, e também em determinadas situações após uma exposição prolongada, ocorre danos na visão,

principalmente em empregados que utilizam diariamente o computador como ferramenta de trabalho.

Embora, o número de acidentes de trabalho no Brasil tenha diminuindo ao longo dos anos, a quantidade de trabalhadores que sofrem em seu local de trabalho ainda é alta, segundo CHAVES (2017), estima-se que o Brasil se encontra na quarta colocação em relação aos acidentes de trabalho. O setor mais afetado é o de serviços, em decorrência de sua ampliação a partir da década de 70, e também resultado da intensa precarização.

Em relação a distribuição dos acidentes por setor da economia, os dados divulgados no ano de 2012 indicam que o setor de Serviços, responsável por mais de 70% dos trabalhadores formais do país, é o que apresenta o maior número de acidentes (CHAVES, 2017).

O trabalho ao mesmo tempo em que é uma fonte de contentamento, uma atividade enriquecedora para o ser social, configura-se também como algo que causa sofrimento (BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2003), um trabalho estranhado, caracterizado pela exploração do modo de produção capitalista. Os autores apresentam o sofrimento como:

Um estado de expectativa diante do perigo e da preparação para ele, ainda que seja um perigo desconhecido (angústia)... Portanto, o sofrimento se configura como uma reação, uma manifestação da insistência em viver em um ambiente que, na maioria das vezes, não lhe é favorável. (FREUD *apud* BRANT; MINAYO-GOMEZ, 2003, p.3).

DEJOURS (1987), em seu livro *a Loucura do Trabalho* realiza uma análise sobre os impactos do processo de reestruturação produtiva na psiquê dos indivíduos. De que forma o aumento da alienação, o trabalho tipicamente intelectual, e a exploração da força de trabalho causam não só apenas um desgaste físico, como já foi citado anteriormente, mas também provoca uma deterioração na saúde mental dos trabalhadores. O autor vai utilizar-se também do conceito de sofrimento para caracterizar essa condição experimentada pela classe trabalhadora. “Implica, antes de tudo, um estado de luta do sujeito contra forças que o estão empurrando em direção à doença mental” (DEJOURS, 1987, p.10). Assim sendo, essas influências estão diretamente ligadas a forma com que o trabalho e sua dinâmica estão sendo organizados em uma determinada sociedade, acarretando consequências negativas nas condições de vida dos trabalhadores, que acaba ocasionando o adoecimento.

A nova forma de gestão do trabalho baseia-se na fragilidade do trabalhador que sofre com a ansiedade de perder o seu emprego a qualquer momento, sendo levado a competir com os outros em busca de uma maior produtividade para responder as exigências do mercado no menor tempo possível, e cumprir as metas colocadas pela empresa, deixando o seu ambiente de trabalho ainda mais hostil. Dessa forma, sem dispor de alternativas o empregado submete-se as pressões e condições desumanas impostas pelos seus chefes. Devido aos avanços científicos, as atividades laborais foram em grande parte substituídas pelo uso de tecnologias que exigem um maior esforço mental dos trabalhadores, ocasionando um desgaste.

Então, o que se verifica é que diante de um quadro de desemprego, afastamento dos Sindicatos e do Estado ocorre, cada vez mais, esforços excessivos para maximizar o lucro expondo os trabalhadores a pressão no que tange ao cumprimento de metas, ritmos de produtividade, manutenção dos equipamentos, novas exigências de qualificação profissional e de produção e controle (por meio do uso de recursos eletrônicos e práticas administrativas) e, ainda, o uso do tempo livre, entre outros. Tudo isso, são fatores que coexistem nos ambientes e relações sociais de trabalho e vulnerabilizam a saúde dos trabalhadores (LOURENÇO, 2011, p.5).

O indivíduo em uma situação de vulnerabilidade, sendo explorado em seu local de trabalho, também precisa se preocupar em sustentar sua família, pois muitas vezes o salário que é baixo não é o bastante para pagar as despesas da casa, deixando-o ainda mais ansioso e estressado diante das dificuldades. Em seu tempo livre, ao invés de descansar o trabalhador vai procurar formas para aumentar sua renda, arranjando mais um emprego ou especializando-se, mediante uma graduação em uma determinada área.

O processo de saúde-adoecimento pode ser resultante tanto de fatores biológicos e psíquicos, quanto de fatores sociais, econômicos e políticos. Estes últimos estão relacionados a serviços básicos como moradia, habitação, alimentação, educação, saneamento básico, trabalho e outros. Na sociedade capitalista, as desigualdades sociais e a exploração da classe trabalhadora acabam por negar o essencial ao trabalhador: vida saudável (REIS, 2015, p. 1-2).

Um dos principais transtornos relacionados ao mundo do trabalho é o esgotamento mental, conhecido também como síndrome de Burnout. Caracterizado pelo acúmulo de cansaço dos empregados que possuem muitas atribuições, e que acabam sofrendo uma pressão psicológica para cumprirem as metas estabelecidas.

A exaustão do trabalhador provoca uma falta de motivação em sua função gerando uma série de alterações que podem causar o adoecimento do indivíduo: depressão, angústia, frustração, etc.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, é possível que os danos gerados pelos agravos à saúde onerem mais as vítimas que as empresas e o sistema reparador (Estado), uma vez que as consequências sociais, econômicas e até mesmo afetivas provocadas pela incapacidade permanente ou temporária e, em consequência, a interrupção forçada do trabalho, causam drásticas mudanças na vida destas pessoas, as quais passam a conviver com os problemas de saúde, falta de trabalho e de recursos financeiros. Ocorre, ainda, que em muitos casos, a pessoa não consegue sequer provar que adquiriu determinada enfermidade trabalhando ou em decorrência do trabalho. Não consegue se afastar ou se reabilitar, também não consegue trabalhar, pois quando adoecida não consegue manter a produção e acaba demitida. Sem trabalho, fica à mercê da ajuda dos familiares ou da política de assistência social, sofre com isso, rebatimentos diretos na sua identidade pessoal e profissional (LOURENÇO, 2011, p.3).

Segundo DEJOURS (1987), a negação de uma enfermidade é uma estratégia de defesa da classe trabalhadora, a fim de não perder o emprego. O indivíduo que adoce é censurado, tendo que esconder dos outros sua real condição para não ser considerado um “preguiçoso” em seu local de trabalho. Por esse motivo, o trabalhador não procura ajuda, só em casos extremos, onde a sua produtividade é afetada. Diante disso, o empregado vai recorrer ao uso da medicação para tentar recuperar a saúde, sem levar em consideração os malefícios que os remédios podem trazer.

Em primeira análise, pode-se considerar que a vergonha instituída aqui como sistema constitui uma verdadeira ideologia elaborada coletivamente, uma ideologia defensiva contra uma ansiedade precisa, a de estar doente ou, mais exatamente, de estar num corpo incapacitado (DEJOURS, 1987, p.33).

O discurso meritocrático disseminado na sociedade, afirma que o sujeito mais esforçado será bem-sucedido financeiramente, independente da classe social, pois todos têm a mesma oportunidade. O indivíduo que não consegue um emprego não se empenhou o suficiente, pois tudo só depende dele. Culpabilizando os pelo fracasso, sem levar em consideração as desigualdades e contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Todos esses fatores já citados contribuem para o adoecimento dos trabalhadores e uma crescente competitividade causando uma indiferença ao

sofrimento alheio, e o indivíduo para acabar com a sua aflição muitas vezes acaba recorrendo ao suicídio.

MARX (2006), em seu livro “sobre o suicídio” discorre a respeito do fenômeno do autoextermínio, reflexo de uma sociedade que se encontra em um processo de intenso adoecimento. No capitalismo os períodos de crise, a exploração da força de trabalho, o pauperismo e as desigualdades sociais contribuem para o aumento do número de suicídios.

Para Marx/Peuchet, a crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica, por mais importante que seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais (MARX, 2006, p. 18).

Ao fazer uma análise de alguns casos de autoextermínio, Marx relaciona à dor da existência, a vida privada do indivíduo, a divisão entre classes e a opressão da organização patriarcal com o esgotamento dos trabalhadores, que demonstra a decadência da sociedade burguesa. Ele faz uma crítica acerca da violência sofrida pela mulher e as imposições a qual estão submetidas, que se assemelha ao regime escravista, e também o abuso da autoridade nos ambientes familiares que oprimem cada vez mais os indivíduos.

Entre as causas do desespero que levam as pessoas muito nervosas-irritáveis a buscar a morte, seres passionais e melancólicos, descobri os maus-tratos como o fator dominante, as injustiças, os castigos secretos, que pais e superiores impiedosos infligem às pessoas que se encontram sob sua dependência (MARX, 2006, p.28).

DEJOURS (2010) em sua obra “suicídio e trabalho o que fazer?”, suscita hipóteses que podem responder ao crescimento do autoextermínio no ambiente de trabalho. Uma das suposições é associar o adoecimento dos empregados, somente aos aspectos genéticos, traumas vivenciados e também sua incapacidade de gerenciar os problemas e tensões. Dessa forma o trabalho seria uma forma de revelar os problemas emocionais e psicológicos dos sujeitos.

A diretoria da empresa procura isentar-se de sua responsabilidade, imputando, geralmente, o gesto suicidário a um "temperamento" depressivo ou psicopatológico próprio ao suicida, ou ainda a conflitos

afetivos que o mesmo desenvolvia na esfera privada (DEJOURS, 2010, p.12).

Essa perspectiva transfere a responsabilidade da empresa para o indivíduo, culpabilizando o, sem analisar de forma crítica o caráter exploratório da sociedade capitalista na qual está inserido, e as possíveis consequências dessa forma de organização social na saúde dos trabalhadores, principalmente após o advento da ideologia neoliberal, com um discurso de individualismo exacerbado. O suicídio que muitas vezes é visto como um sinal de covardia causa impactos não só na família do suicida, mas também em seus colegas de trabalho, que também se encontram vulneráveis e suscetíveis a essa mesma situação.

Que um suicídio possa ocorrer no local de trabalho indica que todas essas condutas de ajuda mútua e solidariedade que não era nem mais nem menos que uma simples prevenção das descompensações, assumida pelo coletivo de trabalho - foram banidas dos costumes e da rotina da vida de trabalho. Em seu lugar, instalou-se a nova fórmula do cada-um-por si; e a solidão de todos tornou-se regra. Agora, um colega afoga-se e não se lhe estende mais a mão. Em outros termos, um único suicídio no local de trabalho - ou manifestamente em relação ao trabalho - revela a desestruturação profunda da ajuda mútua e da solidariedade. Ou seja: a intensa degradação do viver-junto em coletividade. (DEJOURS, 2010, p.21)

Após essa breve elucidação sobre o sofrimento e, por conseguinte o adoecimento da classe trabalhadora, seguiremos especificando o desgaste mental experimentado pelos assistentes sociais, diante da precarização do trabalho, desmonte das políticas sociais e a complexificação da questão social, ressaltando a condição de trabalhador assalariado dos profissionais, que também estão sujeitos ao mesmo tipo de exploração característico do modo de produção capitalista.

O Serviço Social, segundo NETTO (1992), se institucionalizou enquanto profissão a partir do momento em que o Estado começa a intervir nas expressões da “questão social”, em decorrência da mobilização da classe trabalhadora na luta pelos seus direitos. Para garantir a manutenção da ordem, os assistentes sociais são contratados para responder as demandas dos usuários, se inserindo na divisão societécnica do trabalho e contribuindo para a reprodução da força de trabalho.

O profissional é requerido pela instituição não só para esclarecer e efetivar os direitos dos cidadãos, apenas como um mero executor das políticas sociais (NETTO, 1992), mas também planejar, elaborar e administrar os serviços que visem a

materialização das conquistas garantidas pela constituição de 88. Conforme a Lei Nº 8.662, que regulamenta a profissão, no que se refere as incumbências do assistente social:

I - Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 44).

O Serviço social é composto por três dimensões que articuladas entre si vão orientar o exercício profissional do assistente social na realização de suas ações. Esses pressupostos são técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político. A dimensão técnico-operativa é constituída pelo aparato instrumental que viabiliza a intervenção do profissional, mediante um conjunto de técnicas e estratégias que tem como objetivo atender as demandas dos usuários.

Essa dimensão é entendida como o espaço de trânsito entre o projeto profissional e a formulação de respostas às demandas que se impõem no cotidiano dos assistentes sociais. Remete às competências instrumentais pelas quais a profissão é reconhecida e legitimada. (SANTOS, 2013, p.27).

As ferramentas utilizadas no cotidiano do assistente social (visitas domiciliares, relatórios, reunião de equipe...) contribuem para uma melhor compreensão do contexto social em que o indivíduo está inserido, planejando uma atuação profissional pautada no compromisso com a efetivação dos direitos. Um exemplo é o acolhimento do usuário no serviço, onde o assistente social através do processo de escuta, procura observar a realidade do sujeito e responder as suas necessidades imediatas. “O conteúdo do instrumental técnico-operativo depende da análise da realidade, a qual fundamenta a intencionalidade/direção social empreendida à ação, pelos sujeitos profissionais” (TRINDADE *apud* SANTOS, 2013, p.27).

O profissional no exercício do seu trabalho, precisa fazer uma leitura crítica e investigativa da sociedade que engendram o conjunto de relações que perpassam a vida dos indivíduos, abandonando o senso comum e qualquer tipo de observação superficial e preconceituosa a cerca de uma determinada situação. Por isso a dimensão teórica-metodológica, que é caracterizada pela construção do

conhecimento dentro do serviço social, é imprescindível para uma intervenção objetiva, indo além da aparência da vida cotidiana e articulando a teoria com a prática.

Imaginemos um assistente social que lida com violência familiar. Caso ele não compreenda que a violência praticada pelo violador se trate da opressão social que explode na vida privada...irá conceber o agressor enquanto uma aberração que deve ser isolada do convívio social, punida etc., em vez de pensar em estratégias para a humanização da vida das pessoas envolvidas e a busca de construção de outras relações e outras formas de se resolver seus conflitos (LACERDA, 2014, p. 8-9).

A principal corrente teórica do Serviço Social, que fornece um embasamento para um estudo da realidade, é a teoria marxista que explica a gênese e a estrutura do modo de produção capitalista vigente até os dias atuais em nossa sociedade. Dessa maneira, podemos compreender como essa forma de organização social incide diretamente nas condições materiais e, também, subjetivas dos indivíduos, dando origem as diversas refrações da “questão social”, objeto de intervenção do assistente social.

Quando o assistente social está pensando em sua intervenção profissional junto à família trabalhadora, é necessário que ele consiga perceber o usuário, sua família e a comunidade como fruto do processo histórico e de sua inserção na classe trabalhadora, inscrita numa complexa rede de relações que lhes determina suas condições precárias de vida (LACERDA, 2014, p.10).

A dimensão ético-política é integrada pelos princípios éticos que orientam o assistente social em seu exercício profissional. A aprovação do Código de ética e a construção do projeto ético-político do Serviço social na década de 90, representou um avanço na defesa da democracia e da universalização das políticas sociais em oposição ao conservadorismo dentro da profissão e também se contrapondo a ofensiva neoliberal.

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes -autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos

bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática (CFESS, 1993, p.23).

O projeto ético-político do serviço social coloca-se contra a exploração e desigualdades da sociedade capitalista, tendo em vista a emancipação humana dos indivíduos e visando uma nova configuração social que possa superar qualquer forma de dominação. O assistente social vai colocar em prática as diretrizes do projeto ético-político mediante a sua intervenção no cotidiano, se posicionando em defesa da classe trabalhadora e não só atendendo as demandas rotineiras do serviço, mas também promovendo uma mobilização dos usuários, realizando uma reflexão crítica acerca da sociedade como uma forma de superar a alienação que é peculiar a esse modo de produção, e dessa maneira, imprimir em suas ações uma determinada direção social que contribua para a efetivação e materialização do código de ética.

O projeto ético-político profissional do Serviço Social nega o projeto societário hoje hegemônico e posiciona-se a favor da construção de uma nova ordem societária sem dominação e exploração de classe, gênero e etnia. Defende os direitos humanos, recusa ao autoritarismo e o preconceito, e reconhece a diversidade e o pluralismo, sem eximir-se de atuar nesta sociedade, pois é neste contexto de desigualdades que estão as possibilidades para a ação profissional (BORGES, 2012, p.15).

O assistente social inserido na divisão sociotécnica do trabalho, obrigado a vender sua força de trabalho assalariada como uma mercadoria para garantir sua subsistência, também está sujeito à mesma coerção que os demais trabalhadores. A sua atuação no serviço está sujeita a interferências dos empregadores, que muitas vezes estabelecem aos profissionais o que deve ser feito, colocando limites em sua intervenção, e também depende dos recursos financeiros da instituição para realizar sua função, dispondo de uma autonomia relativa. Ao mesmo tempo é contratado para responder as demandas da classe trabalhadora, permanecendo em um ambiente permeado por contradições e disputas de classes antagônicas.

Esse caráter contraditório se expressa na medida em que suas atividades são exercidas no campo de interesses das classes sociais, sendo os profissionais contratados pelos capitalistas para desenvolverem ações junto aos trabalhadores, colocando o seu trabalho polarizado por projetos antagônicos. Nesse contexto, embora o profissional se comprometa com a luta e a garantia dos direitos sociais, o seu trabalho sofre os ordenamentos dessa realidade (FAERMANN, MELLO, 2016, p.13).

A prática do assédio é frequente nos ambientes de trabalho do assistente social, segundo RAICHELIS e DONATO (2015), o uso de ameaças e intimidação tornou-se fundamental como uma forma de garantir a manutenção da instituição e assegurar a obediência dos empregados. Essas táticas são utilizadas pelo capital para controlar a classe trabalhadora mediante a aplicação da violência.

O assédio moral só se configura quando a dignidade de alguém é atacada de modo repetitivo, sistemático e deliberado durante o período prolongado, geralmente de vários meses. Liderada, explícita ou veladamente, por quem a perpetra, a prática desmoralizante recebe adesões dos demais e se propaga de modo a isolar cada vez mais a pessoa visada. O objetivo é excluir, desqualificar profissionalmente e desestabilizar emocionalmente alguém que, por motivos os mais diversos, tenha se tornado indesejável para o(a) perpetrador(a) do assédio. (RAICHELIS; DONATO *apud* SELIGMANN- SILVA, 2015, p.10).

O profissional transforma-se em um obstáculo em seu campo de trabalho, a partir do momento em que começa a discordar de algo, que na maioria das vezes é contrário ao que está previsto nas atribuições privativas do assistente social e no compromisso assumido com os princípios do código de ética da profissão. Acarretando uma série de consequências que afetam diretamente a saúde dos profissionais em decorrência do assédio sofrido que podem provocar o adoecimento.

Problematizar o trabalho do assistente social na sociedade contemporânea supõe pensá-lo como parte alíquota do trabalho da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho em troca de um salário, submetido aos dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados (RAICHELIS, 2011, p. 6-7).

A ofensiva do capital ao mundo do trabalho incide de forma precisa na atuação do assistente social, que também experimenta a precarização dos vínculos de trabalho. Com condições de trabalho cada vez mais frágeis, os profissionais se inserem no mercado de trabalho através de contratos e terceirização com salários menores que os assistentes sociais concursados, e desse modo possuem uma instabilidade em seu emprego, ficando sujeitos a uma maior exploração sem garantia de permanecer no serviço e também com os direitos trabalhistas reduzidos.

No âmbito do Serviço Social, intensificam-se os processos de terceirização, de subcontratação de serviços individuais dos

assistentes sociais por parte de empresas de serviços ou de assessoria (empresas do eu sozinho ou PJs), de “cooperativas” de trabalhadores, na prestação de serviços aos governos e organizações não governamentais, acenando para o exercício profissional privado (autônomo), temporário, por projeto, por tarefa, em função das novas formas de gestão das políticas sociais (RAICHELIS, 2011, p. 12)

A tendência atual após o processo de reestruturação produtiva é o aumento do número de profissionais contratados em detrimento da diminuição dos concursos públicos, como uma forma de diminuir gastos com a força de trabalho. “Os efeitos da tríade flexibilização/precarização/terceirização do trabalho do assistente social se faz sentir em níveis e intensidade antes desconhecidas pela profissão” (RAICHELIS, 2011, p. 12). A precarização dos vínculos de trabalho, e principalmente do aumento dos contratos temporários, interfere de forma direta nas respostas as diversas expressões da “questão social”, pois o profissional antes de fazer sua intervenção precisa analisar a realidade do usuário que necessita do serviço e para isto é fundamental que o assistente social tenha um pouco mais de tempo para estabelecer contato com os trabalhadores, conhecendo melhor suas demandas e consolidar suas ações de forma efetiva e contínua.

As formas como as políticas têm sido implementadas, por meio de programas pontuais e transitórios, têm definido uma organização dos processos de trabalho alicerçadas por um modelo de gestão que promove e naturaliza os constrangimentos inerentes à precarização do trabalho, corroendo, paulatinamente, os sentidos do trabalho (FAERMANN, MELLO, 2016, p.11).

Uma questão a ser considerada é os dilemas enfrentados, principalmente pelos assistentes sociais contratados, que estão submetidos as ordens dadas pela instituição, que esbarram no projeto ético-político do serviço social. Os profissionais que vivenciam esses impasses, sofrem com o assédio e com a preocupação de serem demitidos ou transferidos para outro setor, ocasionando um desgaste mental.

É nesse processo tenso que as profissões constroem seus projetos profissionais coletivos, no nosso caso, o projeto ético-político profissional que há pelo menos três décadas vem sendo posto em marcha coletivamente pelo Serviço Social brasileiro. E é esse projeto que entra em permanente tensão e contradição com o estatuto de trabalhador assalariado do assistente social (RAICHELIS, 2011, p. 10).

Após a mobilização dos assistentes sociais e das entidades que representam o serviço social, foi aprovada a lei 12.317/2010 que estabelece a redução da jornada de trabalho para 30 semanais, sem diminuir os salários dos profissionais. Apesar disso, ainda ocorre denúncias de descumprimento do que ficou previsto pela legislação, algumas instituições contratam o assistente social, mas usando outra nomenclatura, para não se encarregar dos direitos garantidos para os profissionais.

Essas tendências já são verificadas nas políticas sociais e, especialmente, nas condições de trabalho dos(as) assistentes sociais. São fartamente denunciadas nos Cress e nos eventos organizados pelo Conjunto CFESS/Cress, as condições precárias de trabalho, especialmente na Política de Assistência Social (Suas), nas organizações não governamentais e no sistema sociojurídico. Nesses espaços, a não realização de concursos públicos em conformidade com as demandas do trabalho tem levado à terceirização do trabalho, à precarização, à superexploração da força de trabalho, à inserção dos(as) profissionais em dois ou três campos de atuação com contratos precários, temporários, o que tem causado adoecimento físico e mental (BOSCHETTI, 2011, 5-6).

Um outro fator que incide no trabalho do assistente social é a falta de recursos materiais e humanos. Como já foi dito anteriormente, para conter a crise o Estado procura reduzir custos, cortando verbas para setores como saúde, educação, assistência, etc. Conseqüentemente, os serviços encontram-se em uma situação de intensa precarização, afetando as ações que vão ser desenvolvidas pelos profissionais.

Em uma entrevista realizada com vários assistentes sociais (que não foram identificados pelas autoras) no município de Taubaté, em São Paulo é apresentado a situação precária que os assistentes sociais vivenciam em seu ambiente de trabalho (FAERMANN; MELLO, 2016), segundo a profissional:

Não temos nada. Para você ter uma ideia, nós temos um computador para dividir entre dezoito funcionários. Quando você precisa fazer um relatório, precisa pedir licença para um colega parar o que está fazendo, para te emprestar. A gente fica se apressando. Você não tem material para trabalhar e tudo isso gera um conflito interno que a gente não consegue(...). Vai trabalhar desestimulada. Hoje mesmo, no trabalho onde estou, está muito difícil. É bem complicado (FAERMANN; MELLO, 2016, p.8).

No cotidiano dos profissionais é frequente a ausência de transporte para acompanhar o usuário, por meio das visitas domiciliares, e também conduzir os

indivíduos para serem atendidos na instituição. Além da falta de equipamentos que são considerados básicos, como por exemplo: impressora, computador, etc.

Os poucos recursos materiais e estruturais para desenvolver suas ações também foram questões apontadas pelos profissionais, expressando o descumprimento e a violação do disposto na legislação profissional. A escassez generalizada de recursos comprova a desresponsabilização do Estado e das instituições empregadoras, no tocante ao desenvolvimento do trabalho profissional (FAERMANN; MELLO, 2016, p.8).

Outro entrave é a ausência de uma estrutura física adequada para o assistente social realizar atendimentos (FAERMANN; MELLO, 2016), dividindo muitas vezes o espaço com outros profissionais, violando as condições estabelecidas pela resolução do CFESS nº 493/2006. Essa situação compromete o sigilo do profissional que é um dever e ao mesmo tempo um direito do assistente social, que tem a obrigação de não expor o usuário, descumprindo as normas do código de ética.

Art. 1º - É condição essencial, portanto obrigatória, para a realização e execução de qualquer atendimento ao usuário do Serviço Social a existência de espaço físico, nas condições que esta Resolução estabelecer. Art. 2º - O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados, e deve possuir e garantir as seguintes características físicas: a- iluminação adequada ao trabalho diurno e noturno, conforme a organização institucional; b- recursos que garantam a privacidade do usuário naquilo que for revelado durante o processo de intervenção profissional; c- ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas; d- espaço adequado para colocação de arquivos para a adequada guarda de material técnico de caráter reservado (CFESS, 2006, p.1-2).

Mais um fator citado na entrevista (FAERMANN; MELLO, 2016), que prejudica a intervenção dos profissionais é a redução do quadro de trabalhadores nos serviços. A falta de recursos humanos, acaba sobrecarregando os assistentes sociais em seu cotidiano, que para responder as inúmeras demandas dos usuários precisa empenhar-se no cumprimento de suas atividades, levando tarefas para casa ao invés de relaxar no tempo disponível que possui, ocasionando um cansaço físico e mental. Conforme a assistente social entrevistada:

[...] Uma coisa que frustra muito é você não conseguir fazer o acompanhamento das famílias devido à demanda excessiva. Porque

you are attending to one and you know there are many others. And what angustia is, it is you knowing that there are necessary things and it is difficult to evaluate which is the priority. This causes a very large angustia, and the professional does not count, because the demands are extensive. There should be more professionals, at least three to carry out the accompaniment. But, as you do not have working conditions for one, if you had two, they would be two frustrations. You do not even have a room to attend with a qualified staff. (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 11).

In his daily life, the social worker overloaded with work tries to prioritize the urgencies, to the detriment of other services, responding to the immediate demands, not having time to carry out a critical analysis of the reality of the users, interfering in a negative way in his professional performance.

Thus, in the particularity of his work, social workers find challenges that stem from the expressions of the social question, each time more diversified and complex, in institutions that continue to operationalize policies in a conservative way, with limited financial resources, technological instruments that are outdated, and with the imposition of goals that measure work, which is complex and processual, in quantitative terms. (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 11).

It is also evident that the offensive of capital to the world of work, has led to an intensification of the expressions of the "social question", with the increase of individuals who are in a condition of extreme poverty, excluded from the labor market.

The daily coexistence with this reality and the multiple forms of oppression and violation of rights to which they are subjected leads them, many times, to situations of debilitation and suffering, with a high level of stress, physical and emotional wear (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 12-13).

Parallel to this, there is the dismantling of social protection policies, causing a regression in the social rights of citizens guaranteed by the 1988 Constitution, contributing to the complexification of the "social question". Social policies become focused on a determined group of people, who are considered "the most miserable", as a way to combat poverty.

The performance of social workers is mediated by a contradictory process: the pleasure granted by the possibility of carrying out a job that impels and materializes the social rights of the impoverished segments of the working class; and, at the same time, the suffering, by the continued exposure to scarcity of

recursos e ao aviltamento das políticas sociais que respondam às demandas dos trabalhadores (FAERMANN; MELLO, 2016, p. 15).

Em síntese, o assistente social no exercício de sua profissão está sujeito a diversas situações que causam um sofrimento mental, levando ao seu adoecimento. Ao se deparar diariamente com a miséria alheia, resultado da contradição entre capital e trabalho, sem conseguir realizar uma intervenção que com efeito possa atenuar as expressões da “questão social” na vida dos indivíduos, fazendo com que o profissional se encontre angustiado diante das condições dos usuários, gerando um desgaste na saúde física e mental do assistente social.

A proximidade entre o sujeito e o objeto de sua ação, reforçada todos os dias, conjugando razão e emoção todo o tempo, ouvindo relatos, sentindo a realidade bem de perto nas visitas domiciliares, driblando a escassez de recursos, as contradições institucionais, lidando com as próprias limitações e fragilidades, são nuances dessa profissão que merecem destaque (ARAÚJO, 2004, p.17).

O profissional lidando com a sobrecarga de trabalho precisa priorizar as demandas do cotidiano em detrimento de outros atendimentos, gerando um sentimento de culpa, como se não tivesse cumprido devidamente a sua função. Diante disso, o assistente social ao se deparar com os limites da profissão, sente-se desmotivado em seu trabalho, vivenciando a síndrome de burnout, causando um esgotamento mental nos profissionais, provocando o adoecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse trabalho, procurou-se examinar os diversos fatores que incidem diretamente no exercício profissional do assistente social. Analisando o modo de produção capitalista, caracterizado pela exploração da força de trabalho, e empobrecimento da classe trabalhadora, estabelecendo um paradoxo que é crucial para compreendermos a sociedade atual: a contradição entre capital e trabalho, que produz indivíduos que encontram-se em uma situação de miséria, em detrimento de um maior desenvolvimento das forças produtivas. Essa contraposição resulta na origem das expressões da “questão social”, onde o assistente social é requisitado para intervir.

Ao se defrontar em seu cotidiano com o pauperismo de uma grande parcela da população, possuindo uma autonomia relativa, não sendo capaz de responder ao excesso de demandas que chegam à instituição, o profissional experimenta um sofrimento que provoca um desgaste em sua saúde. Associado a isso está a precarização das relações de trabalho, tornando-os vínculos empregatícios dos assistentes sociais cada vez mais frágeis, vivenciando a violação de seus próprios direitos, e também o desmonte das políticas e a falta de recursos decorrente da redução de gastos, impossibilitando o profissional intervir de forma efetiva, causando um sentimento de angústia e incapacidade, desmotivando o assistente social em seu campo de atuação, ocasionando um esgotamento e, conseqüentemente, o adoecimento do profissional.

Na atual conjuntura brasileira, com o avanço do conservadorismo e da autocracia, é um desafio para os assistentes sociais não desanimar diante de tantos retrocessos, permanecendo firmes, comprometidos com o projeto ético-político da profissão. Uma forma de resistência ao sofrimento no local de trabalho é a manutenção dos laços de solidariedade (DEJOURS, 2010), enfrentando o individualismo difundido pelo neoliberalismo.

Ressalta-se que não foram encontrados dados que faziam referências ao adoecimento do assistente social, foi solicitado no CRESS MG e no CFESS, contudo não há consolidado informações a respeito.

De acordo com a observação no campo de estágio, percebeu-se que o trabalho em equipe favorece a atuação dos assistentes sociais na instituição, do mesmo modo, o companheirismo e amizade entre os profissionais dentro do serviço, contribuem para o desenvolvimento das atividades, sem perder a “doçura” diante dos problemas, e também como uma forma de enfrentar o desgaste físico e mental. Ressaltando ainda que o assistente social, enquanto ser humano vai sempre estar sujeito ao adoecimento diante do sofrimento alheio.

Conclui-se, ainda que provisoriamente, neste estudo que o assistente social inserido na divisão sociotécnica do trabalho, se vê obrigado a vender sua força de trabalho assalariada como uma mercadoria para garantir sua subsistência, assim está sujeito à mesma coerção que os demais trabalhadores. A sua atuação no serviço está subordinada a interferências dos empregadores, que muitas vezes estabelecem aos profissionais o que deve ser feito, colocando limites em sua intervenção, e também depende dos recursos financeiros da instituição para realizar sua função, dispondo de uma autonomia relativa, sendo este um dos motivos que leva ao adoecimento.

Em vista disso, o assistente social deve romper com a visão messiânica da profissão (IAMAMOTO, 2000), supondo que os profissionais por vontade própria apresentam todas as alternativas para responder as demandas dos usuários. Uma perspectiva heroica do serviço social, distorcida da realidade que não enxerga a autonomia relativa dos profissionais e as insuficiências das políticas sociais no contexto brasileiro.

Uma concepção que também deve ser evitada, segundo IAMAMOTO (2000), é o ponto de vista fatalista, que enfatiza os limites da profissão, como se não pudesse superá-los, pois já estão fixados no cotidiano, e pouco se consegue fazer para modificar as estruturas de dominação que perpetuam na sociedade capitalista. A autora enfatiza que as possibilidades podem ser encontradas na realidade, cabe ao assistente social apreendê-las no cotidiano, transformando-as em ações efetivas que visem à emancipação humana dos indivíduos e um novo horizonte societário.

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.”
Marilda Iamamoto

REFERÊNCIAS

ABREU, Monique Oliveira. **Governo João Goulart e a Efetivação do Golpe de Estado no Brasil: 1961-1964**. Trabalho de Conclusão de Curso- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador**. São Paulo, BBC News, 13 de maio 2018. Entrevista a Amanda Rossi. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44091474>>. Acesso em: 9 de novembro. 2018.

ALSTON. Philip. **PEC 55 é "erro histórico" que provocará "retrocesso social", diz ONU**. São Paulo, Carta Capital, 9 de dezembro 2018. Entrevista a Beto Barata. Disponível:<<https://www.cartacapital.com.br/politica/pec-55-e-erro-historico-que-provocara-retrocesso-social-diz-onu>> Acesso em: 1 de novembro. 2018.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A, 1974. Disponível em: <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Anderson,%20Perry/Linhagens%20do%20Estado%20Absolutista.>> Acesso em: 2 de agosto. 2018.

ANÍBAL, Quijano. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber. eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas**, Buenos Aires, 107-126, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**. Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 11ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1953.

_____. **Os sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **A sociedade dos adoecimentos no Trabalho**. São Paulo, 2015.

ARAÚJO. Adriana Bispo. **Estresse e trabalho: Os assistentes sociais na mira da síndrome de Burnout**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

BEHRING, Elaine Rosetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: Fundamentos e história**. 6ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

BRASIL. **DECRETO Nº 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993**. Regulamentação da Profissão: Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, DF, junho 1993. Disponível em:

<http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662>. Acesso em: 15 de novembro. 2018.

BORGES, Vânia Venzel. **O projeto Ético- político profissional no dia-a-dia da prática profissional do Serviço social**. Paraná, 2012.

BOSCHETTI, Ivanete. **Condições de trabalho e a luta dos(as) assistentes sociais pela jornada semanal de 30 horas**. São Paulo, 2011.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1988.

CASTRO, Giovanna Milanez. **O Palco da realeza: As transformações no espaço urbano e nas práticas sociais do Rio de Janeiro Joanino**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2011.

CHAVES, André. **Acidentes de trabalho no Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://areasst.com/acidentes-de-trabalho-no-brasil/>> Acesso em: 1 de outubro. 2018

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do Assistente Social**. 10ª ed. Brasília, 1993.

_____. **Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social**. Brasília, 2006.

DANEMBERG, Juliana Moraes. **Primeira Revolução Industrial: aspectos sociais econômicos e políticos** Rio de Janeiro, 2009.

DEJOURS, Christophe; BÉGUE, Florence. **Suicídio e trabalho: o que fazer**. 1ªed. Brasília: Paralelo 15, 2010.

_____. **A Loucura do Trabalho: Estudo de psicopatologia do trabalho** 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1987.

DOMINGUES, Daniele; PINHEIRO, Marcos; LIMA, Talita. **AI-5: o golpe dentro do golpe**. 2007. Disponível em: < <http://puc-riodigital.com.puc-rio.br/media/7%20-%20ai5%20o%20golpe%20dentro%20do%20golpe.pdf>>. Acesso em: 13 de agosto.2018.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. **Superexploração da força de trabalho e Subimperialismo: A contribuição analítica de Ruy Mauro Marini**. Espírito Santo, 2018.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO, Cássia Camila. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais.** Porto Alegre, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social.** 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1941.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **A dívida e os servidores públicos.** 2014. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/divida-e-os-servidores-publicos>> Acesso em: 2 de novembro 2018.

FERREIRA, Karolinne; TORRES, Maria. **A Formação do capitalismo na América Latina: Peculiaridades das políticas sociais.** São Paulo, 2016.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina.** 3ª ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

GOMES, Fábio Guedes. **Conflito social e Welfare state: Estado e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 17ª ed. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: O breve século XX.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1936.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional.** 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

KREIN, José Dari; GIMENEZ, Denis Maracci; SANTOS, Anselmo Luis. **Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil.** 1ª ed. São Paulo: Editora Curt Nimuendajú, 2018.

LACERDA, Lélica. **Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas.** São Paulo, 2014.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil.** 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1948.

LOURENÇO, Edvânia Ângela. **Agravos a saúde dos trabalhadores no Brasil: Alguns nós críticos.** 2011.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. 10ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 1973.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Sobre o suicídio**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2006. MINAYO- GOMEZ, Carlos; BRANT, Luiz Carlos. **A transformação do sofrimento em adoecimento: do nascimento da clínica à psicodinâmica do trabalho**. Rio de Janeiro, 2003.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do Assistente social no cenário educacional**. 1ªed. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

PRADO, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 11ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1942.

RAICHELIS, Raquel. SILVA, Ociana Donato. **O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente**. São Paulo, 2011.

_____. **O assistente social como trabalhador assalariado desafios frente às violações de seus direitos**. São Paulo, 2011.

REIS, Maria Izabel. **Trabalho e adoecimento docente no contexto da reestruturação produtiva**. Rio Grande do Sul, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMANO, Ruggiero. **Os Mecanismos da Conquista Colonial: Os Conquistadores**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

SANTOS, Cláudia Mônica. A dimensão técnico- operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço social. Conexão Geraes, v.3 2013.

SANTOS, Ricardo da Luz. **Trabalho Alienado em Marx: A base do capitalismo**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SANTOS, Josiane Santos. **Particularidades da “questão social” no capitalismo.** Tese (Doutorado em Serviço social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Lucíolla; LESSA, Melquíades. **Lesão por Esforços Repetitivos (LER) / Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) como principal influenciador no aumento do absenteísmo.** 2014.

SIQUEIRA, Sandra. **A contrarreforma da Previdência do governo Temer e os retrocessos na vida das mulheres trabalhadoras.** Revista ANDES, julho de 2017.

SOUZA, Herculano Ferreira. **Ditadura militar promoveu desigualdade no Brasil.** Brasil 247, 23 de dezembro 2015. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/210736/Ditadura-militar-promoveu-desigualdade-no-Brasil.htm>>. Acesso em: 2 de agosto. 2018.

STF pauta julgamento da terceirização plena para início de novembro. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/stf-pauta-julgamento-da-terceirizacao-plena-para-inicio-de-novembro>>. Acesso em: 25 de setembro 2018.

Certifico que o aluno **Paloma Stephanie Viçoso Marçal**, autor do trabalho de conclusão de curso intitulado “O ADOECIMENTO DO ASSISTENTE SOCIAL: Uma análise introdutória a respeito do sofrimento vivenciado pelos profissionais diante dos limites e possibilidades da profissão” **efetuou** as correções sugeridas pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Paula Silva Leão

Orientadora

Mariana, 17 de dezembro de 2018